Capítulo I
As representações individuais e sociais

1. Introdução

“Quanto a mim, se puderem ver-me tanto melhor, mas isso é-lhes impossível; nunca verão em mim senão o Jean-Jacques que eles criaram como o desejaram (...). Erraria, portanto, se me deixasse afectar pela maneira como eles me vêem; não devo preocupar-me com isso já que não sou eu quem eles vêem”
(Rousseau:1989,95)

A pertença a uma sociedade, a diferentes grupos, supõe que cada pessoa recorra a uma multiplicidade de imagens para se representar o mundo que a rodeia e para construir imagens do outro, dos outros e de si. A universalidade deste processo não corresponde nem a uma uniformidade colectiva nem a um simplismo redutor. Antes releva de uma complexa construção pessoal de representações a partir de uma diversidade de objectos. E esta complexidade está já presente no jogo de imagens que se cruzam nas interacções entre cada um e o(s) outro(s).

As imagens que os outros têm de nós, a imagem que nós próprios temos de nós relevam das representações que cada um vai construindo ao longo da vida. Se as imagens que temos e as que os outros têm de nós são convergentes, ou mesmo coincidentes, isso permanece na incerteza dado que, cada um de nós constrói o seu conhecimento do outro a partir daquilo a que tem acesso. E, tal como Rousseau salienta, da imagem que cada um constrói do outro não está ausente a dinâmica do desejo.

A imagem que cada um tem de si, a imagem que de si os outros constróem e que reiteradamente lhe reenviam, são elementos de primordial importância para cada um e para os grupos em que cada um se insere ou com os quais se identifica.

A complexidade das representações que se manifesta nas interacções directas, por maioria de razão, está inscrita quer nas representações que a pessoa constrói sobre os outros em geral, sobre o mundo e sobre a vida, e que se inscrevem em constelações de relações sociais.

2. Origens do conceito de representação social

O conceito de representação que tem uma longa história no campo da filosofia, foi reintroduzido nas ciências humanas de forma extremamente fecunda por S. Moscovici em 1961 na sua tese de doutoramento sobre as representações que os diferentes públicos se faziam da psicanálise, nomeadamente círculos sociais tão distintos como o católico e o comunista.

Foi neste estudo que foi introduzido o conceito de representações sociais. Sendo um conceito novo, S. Moscovici (1989: 64-65) afilia a ideia da representação no campo da sociologia aos trabalhos de G. Simmel, de M. Weber et de E. Durkheim. Mas é na noção de representações colectivas deste último autor que Moscovici estabelece a relação mais directa ao conceito de representações sociais. Ora acontece que estes autores, são não só considerados entre os pais fundadores da sociologia como estão em campos opostos de uma controvérsia que tem atravessado de forma persistente o evoluir da sociologia.

Desde o início da sociologia que a existência da sociedade, o facto de um conjunto de indivíduos que existem em determinado lugar serem mais do que um mero somatório de seres humanos, estimulou a reflexão dos diferentes autores. Para elucidar a controvérsia nas abordagens desta questão estruturadora da sociologia encontramos duas grandes linhas de resposta que têm como representantes paradigmáticos exactamente dois dos autores referidos por Moscovici.

Simmel e Durkheim foram contemporâneos, tendo nascido no mesmo ano e morrido com um intervalo de menos de um ano: Simmel, (Março de 1858 - Setembro de 1918) e Durkheim (Abril de 1858 – Novembro 1917)¹. Embora tendo vivido no mesmo período, e tendo-se ambos dedicado à implantação e reconhecimento da sociologia enquanto ramo do saber, as abordagens utilizadas nos seus trabalhos são muito diferentes e o lugar que tem sido dado, na sociologia europeia, a estes dois autores foi completamente distinto, senão oposto. Enquanto que Durkheim e os seus seguidores ocupavam de forma quase total o campo da sociologia europeia de influência francesa, Simmel foi ignorado e só há cerca de três décadas começou a ser redescoberto. Actualmente muitos são os autores que reconhecem a actualidade da sua abordagem, mesmo para a compreensão da post-modernidade. A análise das razões que poderão explicar que durante décadas o paradigma positivista (Durkheim) tenha ocupado a quase totalidade da sociologia europeia de influência francesa eclipsando o paradigma compreensivo com raízes na Alemanha (Simmel e Weber) e desenvolvimento posterior nos EUA é algo que tem interessado diferentes autores (Cf. Vandenberghe, 1997; Ferreira, 2000; Maffesoli, 2001; Macherey, 2004) mas que ultrapassa o âmbito do nosso trabalho. Podemos no entanto afirmar que a controvérsia entre Durkheim e Simmel foi

¹ Weber nasceu mais tarde, mas sobretudo chegou à sociologia bastante mais tarde. Ocorre também que se é claro que Simmel e Durkheim se conheceram e mantiveram contactos científicos, já entre Weber e aquele autor francês não é certo que se tenham conhecido.

forte 2 prenunciando o clima das relações entre os sociólogos que se foram situando mais próximo de um ou de outro paradigma.

Parece pois paradoxal que Moscovici refira estes dois autores como os antepassados em que se inspirou. E para compreender em que aspectos estes autores abriram caminhos que vieram a desembocar no conceito de representação social importa, de forma sintética e tendo em conta o tema central do nosso trabalho, ter presente a especificidade da abordagem destes “pais fundadores” da sociologia.

Relembremos que ambos viveram num momento em que a sociologia, nos dois países, estava a passar por uma fase de afirmação e de procura de reconhecimento face aos outros campos científicos, nomeadamente face às ciências humanas.

A distinção entre as abordagens destes dois autores contemporâneos manifestam-se desde logo na forma como tentaram elucidar o enigma da própria existência da sociedade.

2.1. Durkheim e a perspectiva holística das representações colectivas

Ao pretender estabelecer a sociologia como ciência de estudo da sociedade, Durkheim optou por erigir as ciências físicas como o modelo a ser aplicado no novo campo disciplinar. Os factos sociais deveriam ser tratados como coisas, aos quais deveria ser aplicado o método das ciências físicas (Durkheim, 1991b: 41). Na sua perspectiva, os factos sociais devem pois ser observados do exterior e devem ser procuradas regularidades que permitam estabelecer leis, à imagem das leis da mecânica clássica. Deste pressuposto decorre a irrelevância da subjectividade dos indivíduos para compreender os processos sociais em que estão envolvidos.

² Cf. Papilloud, 2002:300-327

Durkheim procurou dar resposta às interrogações: Como acontece a vida em sociedade? Como é que a sociedade não se desintegra? Dito de outro modo, como é que um conjunto de indivíduos constitui uma sociedade? Diremos que estas questões não são específicas de Durkheim. Mas as respostas que propôs, essas são específicas, e são reconhecíveis em boa parte num texto fundador do que ele denominou representações colectivas. É esse texto, “Représentations individuelles et représentations collectives” publicado em 1898 na *Revue de Métaphysique et de Morale*, que revisitamos para tornar presente o quadro teórico em que se inscreve a noção em que Moscovici se inspirou..

Durkheim considera que a sociedade, embora tendo como base um conjunto de indivíduos que estabelecem relações entre si, situa-se a um nível diferente destes. A sociedade é algo diferente do sistema constituído pelos indivíduos associados; as representações “que são a trama da vida social” (1898:17) autonomizam-se das relações que se estabelecem entre os indivíduos:

“A sociedade tem por substrato o conjunto dos indivíduos associados. O sistema que eles formam ao unir-se constitui a base sobre a qual surge a vida social. As representações que são a trama dessa vida social desligam-se das relações que se estabelecem entre os indivíduos assim combinados ou entre os grupos secundários que se intercalam entre o indivíduo e a sociedade total.” (ibidem)

E desligam-se constituindo aquilo que denomina as representações colectivas. Fazendo um paralelo com a impossibilidade de reduzir as representações individuais a um qualquer processo neurofisiológico, vai considerar que a consciência colectiva não deriva directamente das consciências individuais, sob a forma de uma interrogação:

“(…) o que há de surpreendente em que as representações colectivas, produzidas pelas acções e reacções entre as consciências elementares, de que é feita a sociedade, não derivem directamente destas últimas e por consequência as extravasem?” (ibidem)

Ora é esta consciência colectiva, e particularmente o consenso que é suposto ela produzir, que vai ter um papel determinante na compreensão da essência da sociedade. Segundo este autor, a sociedade tenderia para a desagregação se não existisse algo que funcionasse como cimento. As representações colectivas e o consenso que lhe está associado, permitem a existência da sociedade, apesar da diversidade dos indivíduos que a compõem, e estão presentes nas “manifestações da vida colectiva” (ibidem).

E como é que os indivíduos chegam a partilhar essas representações colectivas – crenças, regras de moral ou preceitos de direito -? Por uma instância superior, que transcendendo os indivíduos, vai impor aos membros da sociedade determinadas formas de pensar e de agir:

“Se talvez se pode contestar que todos os fenómenos sociais, sem excepção, se impõem ao indivíduo a partir de fora, a dúvida não parece possível para o que concerne as crenças e as práticas religiosas, as regras da moral, os inumeráveis preceitos do direito, quer dizer para as manifestações mais características da vida colectiva. Todas são expressamente obrigatórias. Ora a obrigação é a prova que estas maneiras de agir e de pensar não são obra do indivíduo mas emanam de um poder moral que o ultrapassa, quer o imaginemos misticamente sob a forma de um bem quer tenhamos dele uma concepção mais temporal e mais científica.” (ibidem)

Este poder moral corporiza-se na consciência colectiva fazendo com que os indivíduos tenham em comum valores e regras de pensar e agir. Esta consciência colectiva assume quer a forma de representações colectivas quer a corporização em instituições. E a passagem da “consciência individual” às representações colectivas,

estas caracterizadas pela exterioridade relativamente àquelas, explica-se pelas forças *sui generis* que transformam o que ocorre nas interações entre os indivíduos em “outra coisa”:

“As representações colectivas são exteriores às consciências individuais uma vez que não derivam dos indivíduos tomados isoladamente mas do seu concurso (...) os sentimentos privados só se tornam sociais quando se combinam sob a acção de forças *sui generis* que desenvolve a associação, na sequência destas combinações e alterações mútuas que daí resultam, tornam-se outra coisa.” (ibidem)

E a perspectiva holística de Durkheim, sobre a sociedade em geral e especificamente sobre a representação colectiva está bem patente quando mais à frente quer especificar o que é esta “outra coisa” que resultou da acção das forças *sui generis*, dando um estatuto muito peculiar ao “agregado na sua totalidade”. Então, usando uma terminologia bem característica da mecânica clássica, fala da resultante destas forças *sui generis*. E essa resultante, na perspectiva de Durkheim só poderá ser compreendida numa abordagem holística.

“Para saber o que ela é verdadeiramente, é o agregado na sua totalidade que se deve tomar em consideração. É ele que pensa, que sente, que tem vontade, embora só possa querer, sentir ou agir por intermédio de consciências particulares. Eis, pois, como o fenómeno social não depende da natureza pessoal dos indivíduos.” (ibid:18)

Dito de outro modo, o ser humano é membro da sociedade pela interiorização das normas que lhe são impostas e se consideram estar intimamente ligadas às posições sociais. A sociedade, para funcionar bem, deve combater tudo o que perturbe o consenso que decorre dessa instância que transcende os indivíduos e se impõe aos seus membros. Tudo o que divirja dessa consciência colectiva, não só em termos das normas (anomia) mas também em termos das representações colectivas é sintoma de mau

funcionamento. Com efeito, se grupos de uma dimensão apreciável não aceitam e/ou não reconhecem as normas (em termos de regras ou de valores) entrar-se-ia numa situação de anomia, que importaria estancar o mais rapidamente possível.

E como se chega a esse consenso? A resposta dada por Durkheim distingue o processo nas sociedades arcaicas e nas sociedades modernas. Nas sociedades arcaicas, caracterizadas por níveis consideráveis de homogeneidade e de não diferenciação entre os seus membros, o consenso decorre da solidariedade mecânica (Durkheim, 1989:87-129). Nas sociedades modernas, em que se regista uma grande diversificação de estatutos e papéis o consenso decorre daquilo que chamou de solidariedade orgânica (ibid:130-153).

A solidariedade mecânica existe em sociedade em que existe uma multifuncionalidade e equivalência funcional entre os indivíduos. Neste caso a consciência colectiva assegura o consenso pela uniformização (Durkheim, 1991a:88). Distintamente a solidariedade orgânica corresponde a situações em que se regista uma diferenciação de funções especializadas, em que não há a tal equivalência funcional mas antes uma complementaridade que exige cooperação (ibid:68). Sempre não subvertendo e reproduzindo a estrutura social e as respectivas posições sociais.

Como vimos esta perspectiva holística surge associada à coerção que permite conformar os indivíduos à sociedade (Durkheim, 1991b:30). Se as normas estão interiorizadas e o indivíduo não se desvia dessa consciência colectiva, a coerção pode nem ser sentida como tal, sendo veiculada e estando integrada no chamado senso comum. Ela tornar-se-á evidente, sob várias formas, se houver desvio ou transgressão. E esta conformação será tanto mais facilitada quanto menor for a ambiguidade, a variabilidade de estatutos e a alternância de instâncias de pertença. Com efeito a cada círculo social corresponde um determinado sistema de representações colectivas e a

interpenetração destes vários círculos, neste paradigma só pode ser gerador de confusão de normas e promotor de anomia. A socialização é então vista como o que permite acomodar os interesses e as motivações individuais às posições sociais, assim como o sistema de referência representacional.

2.2.Simmel e o interaccionismo metodológico ³

A abordagem sociológica de Simmel situa-se numa perspectiva muito distinta. Georg Simmel está mergulhado na cultura alemã da segunda metade do século XIX e participa nas grandes controvérsias da época. A discussão teórica neste período na Alemanha é atravessada pela controvérsia sobre a especificidade do estatuto epistemológico das “ciências do espírito ou da cultura” face às “ciências da natureza.

Nesta controvérsia, à perspectiva objectivista com que em França se pretendia implantar a sociologia, contrapunha-se a perspectiva de intelectuais alemães que defendiam que o método da física clássica, permitindo observar regularidades entre factos cingia-se aos indícios exteriores, pelo que era obviamente desadequado para a compreensão de fenómenos que decorressem de acções entre indivíduos. Simmel vai centrar a sua abordagem em compreender as acções recíprocas e em entender os efeitos que estas acções recíprocas, que ocorrem de forma continuada e agregada, produzem. Estes processos não podem ser compreendidos sem tomar em consideração o sentido que os indivíduos envolvidos atribuem à sua interacção. Assim escreverá:

“os métodos que se aplicam aos problemas da sociedade (...) repousam em certas hipóteses psicológicas, sem as quais, de uma maneira geral, não há ciência do espírito”
(Simmel, 1894:502)

³ Expressão usada por F. VANDENBERGHE (1997, p. 153) para qualificar a abordagem de Simmel –

O objecto da sociologia para Simmel não é a sociedade estabelecida mas a sociedade que está acontecendo. A chave da compreensão do que se passa na sociedade está nas acções recíprocas que repetidas e agregadas permitem compreender os fenómenos macrosociais. Assim a sua atenção centrou-se nas relações, nas acções recíprocas:

“São as acções recíprocas entre os átomos da sociedade, aos quais só a microscopia psicológica permite ter acesso, e que transportam toda a solidez e toda a elasticidade, toda a diversidade, toda a unidade desta vida em sociedade, tão clara e no entanto tão enigmática. Trata-se de aplicar a justaposição dos factos na sociedade “ (Simmel, 1999, [1908]: 56)

E porque o que está em causa é compreender como é que as acções recíprocas produzem a sociedade, mais adiante esclarece:

“Trata-se de desvendar os fios ténues, as mínimas relações entre os seres humanos, cuja repetição continuada fundamenta e transporta todas estas grandes formações, tornadas objectivas, dotadas de uma verdadeira história.... Importará interrogarmo-nos, a propósito das diversas acções recíprocas, que o olhar teórico não tem o hábito de encontrar nestas proporções, se elas são formas constitutivas da sociedade, partes da socialização em geral“ (ibid:57)

Para Simmel o objecto da sociologia centra-se definitivamente no social em acto. O seu interesse não é pela sociedade já feita mas pela sociedade que se está fazendo. Aliás este seu interesse fê-lo usar uma expressão que foi traduzida por socialização mas que, segundo Boudon, deveria ter sido traduzida por sociação (Boudon e Bourricaud, 1990:527), ou seja o social em acção. Dito de outro modo Simmel recusa admitir que a sociedade existe com um estatuto de exterioridade relativamente aos indivíduos.

“Há sociedade, onde existir acção recíproca de vários indivíduos. Esta acção recíproca nasce sempre de certas pulsões ou tendo em vista certos fins. As pulsões eróticas, religiosas ou simplesmente conviviais, os fins de defesa ou de ataque, de jogo ou de aquisição de bens, de ajuda ou de ensino, e uma infinidade de outras ainda, fazem com que o homem entre nas relações de vida com o outro, acção para, com, contra o outro, em situações em correlação com outro, quer dizer que exerce efeitos sobre o outro e sofre os seus efeitos. Estas acções recíprocas significam que os vectores individuais destas pulsões e destas finalidades iniciais constituem então uma unidade ou, dito de outro modo uma “sociedade”. Visto que no sentido empírico, a unidade não é senão a acção recíproca de elementos. (...) Esta unidade ou socialização pode ter graus muito diferentes, segundo a natureza e a profundidade da acção recíproca”

Vemos pois que as acções recíprocas podem assumir modalidades muito diversas. Assim este autor considera expressões de socialização, quer o conflito quer o dom. E por isso mesmo mais adiante acrescenta

“A socialização é pois a forma, de inúmeras e diversas realizações, nas quais os indivíduos constituem uma unidade baseada nos seus interesses (...) e no interior das quais estes interesses se realizam” (Simmel, 1999, [1908]: 44)

Em cada momento e sob as mais diversas formas a sociedade acontece através dos actos de socialização que fazem com que os indivíduos existam e inter-ajam como seres sociais.

“O que faz a sociedade são as modalidades de acção recíproca“ (Simmel , 1894).

E a vida quotidiana, na sua imensa variedade, é o lugar onde se forja a relação social, onde se negocia em permanência a consecução dos interesses e o sentido que se vai atribuindo às acções recíprocas. Dito de outro modo, o social releva do sentido que se atribui às inter-acções.

E é atendendo a estas acções recíprocas, estes modos e estas formas da socialização que Simmel pretende compreender a socialização na modernidade em que cada indivíduo pertence a diferentes círculos sociais, não numa perspectiva de uns integrarem outros mas antes que uns estão ao mesmo nível que outros. Não se trata pois de um indivíduo pertencer à família, à aldeia, e por isso ao concelho, à região, ao país, etc... Trata-se isso sim da pertença à família, à organização onde exerce a sua actividade profissional, aos espaços de lazer que escolheu, aos espaços de participação cívica etc..

Ora pensar a socialização no primeiro caso acarreta uma complexidade muito menor do que no segundo caso. No primeiro caso, que se pode visualizar como de círculos concêntricos – em que uns integram os outros - , a articulação entre estes círculos e a congruência entre os sistemas de representações pode estar assegurado de forma genérica. No segundo caso em que os círculos sociais frequentados pelo indivíduo não estão encaixados uns nos outros e não se sobrepõem, a articulação destas pertenças passa a ter de ser totalmente fabricada pelo próprio indivíduo.

“Um indivíduo pode pertencer ao mesmo tempo a dois meios que têm interesses opostos (...). Ele estará no ponto de contacto dos dois grupos, que geralmente são opostos um ao outro (...) Vê-se conflitos profundos e oscilações, mas também a expansão e o enriquecimento da vida, que, para o indivíduo, resultam em complicações sociológicas.”

Enquanto que outros autores vêem a pluralidade de pertenças do mundo moderno como um perigo Simmel sublinha que essa situação pode ser uma oportunidade para maior realização do indivíduo. E por isso mesmo ser um perigo para as situações em que o sistema de acções recíprocas que estavam rotinizadas assentavam numa unicidade

de pertenças com os correlativos constrangimentis e por conseguinte numa uniformidade de sistemas de representações.

(...) A criação de novos círculos que atravessam os que já existem, provocam novas associações, e elas são perigosas para os defensores do que existe em dois pontos: em primeiro lugar porque a reunião de elementos até aí separados cria uma potência⁴ nova que (...) faz concorrência às potências existentes (...). Em segundo lugar, há esse facto, ainda mais ameaçador do que a criação contínua de novos círculo, fechando os membros de grupos existentes em combinações variadas, de os tornar cada vez mais independentes, de lhes dar um sentimento crescente da sua individualidade, libertando-os do constrangimento da associação antiga“ (Simmel, 1981 [1894]:220-222).

Vemos pois que o espaço de afirmação e aprofundamento da individualidade do ser humano acontece no âmago do desdobramento do seu ser social e no acto de fazer acontecer a sociedade, num quadro de relações onde o conflito não pode ser visto como mero acidente de percurso mas como algo de estruturador. E, na linha do que Vandenberghe sintetiza dizendo que Simmel procura a “unidade em toda a dualidade ou a dualidade em toda a unidade” podemos ler:

“E se a pluralidade de pertenças sociológicas engendra conflitos internos e externos, que ameaçam o indivíduo de dualidade psíquica, diga-se de despedaçamento, isto não prova que elas não tenham efeito estabilizador, reforçando a unidade da pessoa. Porque esta dualidade e esta unidade suportam-se mutuamente: é exactamente porque a pessoa é uma unidade que ela corre o risco de ser dividido; quanto mais a variedade dos interesses de grupo que se cruzam em nós e se querem expressar é grande, mais o eu toma claramente consciência da sua unidade “ (Simmel, 1999 [1908]: 417)

⁴ A expressão na tradução francesa é *puissance*.

Vemos pois que a dinâmica entre a sociedade e o indivíduo ocorre também no íntimo da pessoa. E nesta formulação vemos o prenúncio da distinção que virá a ser fundamental em Mead da parte social do indivíduo - eu (I) – e da parte não social - mim (me).

A partir de alguns elementos de referência dos quadros teóricos desenvolvidos por Durkheim e Simmel, podemos aquilatar da diversidade e riqueza das tradições sociológicas às quais S. Moscovici relaciona a linhagem intelectual do conceito de representações sociais. Diremos, retomando a ideia simmeliana de que a unidade e a dualidade estão indissociavelmente associadas na procura da compreensão da realidade social, que o entrosamento entre estas duas tradições constituíram um cadinho muito fecundo do conceito de representações sociais.

3. A representação social

As representações vivem, constroem-se e reconstroem-se, para além da consciência de cada um, na sociedade, nos grupos em que cada um se integra ou a que cada um se referencia.

Grupos ou sociedade em que cada um partilha com os outros um conjunto de valores, crenças, comportamentos, atitudes, práticas, comunicações, cultura que lhes permitem ter uma leitura do mundo comum, que lhes permitem compreender-se e na compreensão dos outros compreenderem-se a si próprios.

Nenhum de nós é uma ilha isolada mas, antes parte de uma rede complexa de relações de um todo em que partilha com os outros significados, mundos simbólicos, enfim representações⁵, que são representações sociais.

3.1. Tentativa de delimitação da noção

Representações sociais que estarão intrinsecamente ligadas às experiências que os sujeitos sociais experimentam, às interações que vivem em redes complexas de relações.

Importa pois reflectirmos sobre o modo como a pessoa enquanto sujeito social, na acepção de autor de acções, ao integrar-se numa rede de relações, seja esta uma organização⁶ que agrega um conjunto de profissionais unidos pela mesma profissão, seja ela, o conjunto mais vasto de elementos que constituem uma sociedade, partilha, com esses outros elementos, conhecimentos, saberes, valores, crenças, visões do mundo, comportamentos, atitudes.

Sociedade que no entender de Crozier e Friedberg é constituída por conjuntos de "relações humanas que colocam problemas específicos" (1977:191) o que prefigura desde logo o conjunto de interações que cada um desenvolve com aqueles e aquelas que consigo constituem as organizações até porque, o homem, como ser social que é, tem necessidade de se relacionar com outros homens, o que faz no âmbito de uma organização – sociedade - que por sua vez integra diferentes organizações no seu seio.

⁵ Jovchelovitch, (2000:80) ao falar das representações sociais afirma mesmo que estas não teriam “uso algum em um mundo onde os seres humanos vivessem isoladamente. Na verdade, elas não existiriam”

⁶ Convirá aqui recordar que Etzioni afirma que "nascemos em organizações, somos educados por organizações e quase todos nós passamos a vida a trabalhar, para organizações. Passamos muitas das nossas horas de lazer a pagar, jogar e rezar em organizações. Quase todos nós morreremos numa organização" (1989:1) e que, sempre que estamos numa organização, estamos a interagir com os outros que conosco constituem as organizações.

Assim, e porque cada um de nós, além das suas representações individuais ou mentais, partilha, com os outros membros das organizações que constituímos, imagens de alguém, de algo, de estados, de comportamentos poderemos entender as representações sociais⁷ como os fenómenos que nos guiam na forma de “nomear e definir o conjunto dos diferentes aspectos da nossa realidade de todos os dias, na forma de a interpretar, de estatuir sobre esta” (Goffman, 1973:29).

As representações sociais permitir-nos-ão partilhar com os outros elementos da organização as definições, as classificações, as categorizações, as interpretações do mundo que partilhamos. E as definições dos objectos⁸ que partilhamos com os outros membros de um mesmo grupo⁹ constróem uma visão consensual da realidade, do mundo, para esse grupo (Shutz, Berger e Luckman).

Visão do mundo que, em termos da representação social, nos aparece como mais complexa do que a representação individual porque não se trata apenas da necessidade sempre premente do homem saber a que é que se pode agarrar no mundo em que vive, da necessidade de se ajustar a esse mundo, de se conduzir dentro dele, de o dominar física ou intelectualmente, de identificar e resolver os problemas que se lhe colocam. Mas sim, de uma necessidade mais complexa, mais elaborada de fazer todas essas coisas no âmbito de uma interacção com os outros que o rodeiam e que com a própria

⁷ Ao definir as representações sociais Moscovici afirma que estas “não se referem apenas aos significados e ao conhecimento mas também a crenças extraordinárias que (...) são acção e que são tão irresistíveis quanto forças físicas” (1993:9)

⁸ Molinari e Emiliani (1993:95) dizem a propósito da representação social que esta será “sempre a reconstrução de um objecto filtrada pela relação que existe entre dois indivíduos”.

⁹ Moscovici e Perez afirmam que quando se fala de um grupo “rapidamente nos surge a noção de classificação, diferenciação, normalidade” e que estas noções serão “cruciais para o estabelecimento das relações entre os seres humanos” (1997:27).

Será pois a partir destas noções, que permitem que os actores sociais façam parte de grupos, que, segundo estes autores, as representações sociais por construídas pelo grupo permitirão “definir quem é alienígena ao grupo, isto é, quem não lhe é ‘comum’ e portanto fixar os limites entre ‘nós’ e outros quaisquer que não nós” (ibidem).

Para Breakwell a “partilha da representação pode tornar-se o distintivo de pertença e o precursor da compreensão da razão da partilha de objectivos comuns” (1993:4) para o grupo

pessoa enfrentam problemas e desafios mais ou menos conhecidos, problemas e de em conjunto procuram encontrar respostas que possam ser comuns e partilhadas por todos.

Trata-se portanto de uma necessidade que a pessoa e os outros sentem de partilhar, de comungar uma apropriação do mundo que seja significativa para todos, de partilhar até acções, reacções.

O que nos vai preocupar enquanto sujeitos sociais é não apenas a nossa conduta, o nosso comportamento. O que estará em causa é por um lado a inteligibilidade dos processos de descodificação das interacções e por outro a forma como o grupo em que o sujeito se insere, numa perspectiva quer inter, quer intragrupal, constrói acções, reacções e interacções, consubstanciando comportamentos, atitudes que sejam partilhados pelos elementos do grupo.

O que estará em causa será, de que forma as representações individuais ou mentais poderão estar ou entrar em conflito ou serem consensuais com a visão do grupo.

O que estará em causa será o ser capaz de compreender de que forma as representações sociais permitirão orientarem-se, dominarem o mundo material e ao mesmo tempo encontrar os caminhos, os instrumentos que lhes facilitem a comunicação. Facilitação esta que poderá passar por um “código que sirva para designar e classificar os diferentes aspectos do seu mundo e da sua história individual e de grupo”.(Semin, 1991;243).

E se os processos pelos quais as representações individuais permitem construir significados estão longe de ser simples, os processos através dos quais as representações sociais contribuem para a atribuição de significados, partilhados por grupos mais ou menos extensos, apresentam uma complexidade acrescida. Com efeito a pessoa terá de construir significados, não apenas para si mas, partilhar significados com os outros elementos do grupo, significados que poderão constituir o “caderninho de significados”

ao qual sempre se recorre quando se necessita de compreender os outros elementos do grupo ou da organização, quando se quer compreender as situações em que se encontra.

Jodelet (1984;360) ao tentar explicitar o seu entendimento de representações sociais como algo que nos permite construir significados, referentes partilhados, salienta a diversidade de formas .¹⁰ em que se manifestam, e portanto inerentemente carregadas de uma vasta polissemia. E para além de permitir construir significados são elas próprias “mediações sociais”¹¹ entre os conceitos, as ideias e as percepções do real; contribuindo para fazer convergir o que isoladamente podia divergir e para que os actores construam referenciais de descodificação e de interacção partilhados.

Assim representação social caracterizando-se por uma “focalização sobre uma relação social” (Doise, 1986;83), permite gerir, mediar as interacções que ocorrem entre os actores e construírem-se e re-construírem-se nessas mesmas interacções.

Enfim a representação social¹² não é apenas o conjunto das representações individuais ou mentais de um dado sujeito ou de um conjunto de sujeitos. Ela será um constructo , comum, partilhado por um conjunto de actores que partilham objectivos, crenças, valores, experiências através das interacções sociais em que acontece estarem envolvidos.

¹⁰ Jodelet (1984;360) ao tentar definir representação social como uma forma que nos permite construir significados, referentes partilhados afirma que estas podem ser entendidas como surgindo “sob formas variadas, mais ou menos complexas. Imagens que condensam um conjunto de significações; sistemas de referência que nos permitem interpretar o que nos acontece, dar mesmo um significado ao inesperado; categorias que servem para classificar as circunstâncias, os fenómenos, os indivíduos com os quais devemos lidar; teorias que permitem estatuir-se a si próprias”.

¹¹ Para Jovchelovitch (2000;80). As representações sociais serão “mediações sociais em todas as suas formas públicas”

¹² Jovchelovitch (2000;79) ao falar de representações sociais diz-nos que tal como o “social é mais do que um agregado de indivíduos, as representações sociais são mais do que um agregado de representações individuais”.

E porque procuramos, neste momento, delimitar a noção de representação social, vamos, de seguida tentar ver como o facto de os actores interagirem, de estabelecerem relações pode contribuir para o entendimento da representação social

como forma de pensamento social,

como um conjunto de conhecimentos ou de saber,

como uma forma de ver o mundo, imagem, cultura,

como atitude, emoção ou comportamento,

como relação, comunicação acção ou guia para a acção e

como o processo ou produto da sua própria construção.

3.1.1. A representação social enquanto forma de pensamento social

Comecemos por abordar a noção de representação social enquanto forma de pensamento social.

E a representação social será uma forma de pensamento social pois os actores constróem , apreendem, percebem a realidade através do seu sistema cognitivo que, para além de integrar um sistema de valores, depende na sua forma de apreensão, de percepção da realidade de um conjunto de factores que passam pela sua história de vida, pelas vivências, experiências, conhecimentos científicos entre outros e que constituem o próprio actor.

Mas exactamente porque a história de vida do actor, porque as suas experiências, as suas vivências não acontecem sozinhas, porque elas acontecem na interface que é a relação que o actor estabelece com os outros actores, então o sistema cognitivo de que este se serve para conhecer é também enformado pelas relações sociais que o actor

estabelece, pelo contexto social e ideológico em que o indivíduo se insere¹³ (Abrieu, 1997b).

As representações sociais serão pois “produtos de um pensamento social, de crenças estruturadas e saberes sobre fenómenos, considerados significantes para uma dada comunidade” (Philogene e Deaux, 2001: 5).

Dizer que as representações sociais são produtos de um pensamento social, corresponde a dizer que serão produzidas no seio dos grupos e por esses mesmos grupos classificadas, categorizadas, reconhecidas e diferenciadas.

Será, então, porque produtos de um pensamento social, que poderemos entender as representações sociais como sendo um conjunto organizado de cognições, conjunto organizado que não é pertença e não é organizado apenas pelo indivíduo mas, que resulta da partilha que um conjunto de membros de uma comunidade – de um grupo – organizou e comumente partilha, podendo, assim, defini-las como “uma forma de conhecimento específico, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados” (Jodelet, 1984:361).

Poderemos, assim dizer que, apesar de formas cognitivas socialmente elaboradas, as representações sociais¹⁴ respeitam à forma como os grupos¹⁵, e os seus membros partilham entre si a forma de cognição pois, tal como Flament e Rouquette (2003: 13) afirmam, elas poderão ainda ser caracterizadas “como um conjunto de

¹³ As representações sociais fabricam-se assim “a par e passo a partir das reservas de saberes, de conhecimentos científicos, de tradições, de ideologias e de religiões” (Seca, 2002:16).

¹⁴ Flament e Rouquette, (2003: 14) afirmam que “toda a manifestação declarativa ou comportamental de uma representação pode ser considerada tanto como um signo antropológico particular, tanto como a expressão contingente de um conceito geral (...) ou enfim como referindo-se a um ou vários dos elementos de uma estrutura”.

¹⁵ Os grupos “asseguram que os seus membros são informados ou estão activamente empenhados nas representações sociais centrais para os objectivos e definição do grupo (...) no caso de [os actores] não aceitarem o veredicto do grupo no que respeita a uma representação social arriscam-se ou a ser censurados ou mesmo rejeitados” (Breakwell, 1993:9).

elementos cognitivos ligados por relações e em que estes mesmos elementos e relações serão validados no seio de um grupo determinado”.

E porque as representações sociais serão a expressão um pensamento social construído no seio do grupo e pelo grupo elas serão, no entrosamento de uma grande variedade de situações, criativas.

Criativas pois elas não se limitam a reproduzir, sem alterações uma configuração pré-existente. Como veremos mais à frente elas partem de configurações diversas e criam novas referências. Em contextos culturais diferentes, permitem reescrever o percebido de acordo com as finalidades e os interesses dos actores sociais o que permitirá aos actores relacionarem-se uns com os outros e compreender e dominar o contexto em que se encontram.

Assim, vistas as representações sociais como uma forma de pensamento social, construídas por actores sociais diremos que estas integram e re-trabalham “quer o racional quer o irracional (...), contradições aparentes (...) raciocínios que podem parecer ‘ilógicos’ ou incoerentes” (Abrieu 1997b: 14).

3.1.2. A representação social enquanto conjunto de conhecimento(s) ou saber

E se uma representação social se constrói a par e passo, se constrói integrando o racional e o irracional, as contradições os raciocínios lógicos e ilógicos ou incoerentes, construir-se-á também a partir das reservas de saberes e de conhecimentos dos actores, conhecimentos estes que, por serem sociais, são partilhados e comuns a todos os membros do grupo.

Entendida desta forma a representação social como um conjunto de conhecimentos de saberes socialmente elaborados e partilhados¹⁶, diremos que ela concorre para a construção de uma realidade “comum a um conjunto social” (Jodelet,1991:36).

E se a representação social concorre para a construção de uma realidade comum ao conjunto social então teremos que entender que o sujeito, o actor, será um produtor de sentido, de conhecimento e de saber.

O sujeito social desenvolverá uma relação de “simbolização” (Jodelet, 1991:43). Relação esta que permite ao sujeito atribuir significados ao objecto, atribuição que é partilhada pelos outros membros do grupo.

Esta partilha da atribuição social de significados de sentidos, esta apropriação do objecto com o correspondente encaixe na categoria dos objectos já apropriados pelo grupo e a sua eventual recombinação poderá ser vista como uma construção e expressão do sujeito social até porque, as representações sociais serão conjuntos de saberes de conhecimentos partilhados que são gerados através das interacções sociais que ocorrem entre os diferentes actores e entre os actores e os objectos¹⁷.

Falar de sujeito é ainda falar do sujeito social que detém representações sociais que se interligam intimamente com os objectos, pelo que um e outro existem nesta ligação profunda que entre si ocorre¹⁸.

Se esta ligação não existir, então para autores como Seca, pode mesmo afirmar-se que a representação social “não é ela em si própria activa e significativa senão

¹⁶ Clemence por sua vez afirma que as representações sociais podem ser definidas como “teorias do senso comum aplicadas a tópicos gerais, que são discutidos numa sociedade” (2001: 83)

¹⁷ Uma representação social será, assim, um conjunto de saberes de “conhecimentos, de atitudes e de crenças relacionadas com um dado ‘objecto’. Ela compreende com efeito saberes, tomadas de posição, aplicações de valores e prescrições normativas” (Flament e Rouquette, 2003: 13).

¹⁸ Jodelet afirma mesmo que a “representação é uma forma de saber prático que se apoia num sujeito e num objecto: a representação social é sempre representação de alguma coisa (o objecto) e de alguém (o sujeito)” (Jodelet, 1991:43).

quando provém de um actor social (sujeito individual ou grupo) e porque se refere a uma qualquer coisa (objecto)” (2002: 32).

A representação social¹⁹ será pois, enquanto construção e expressão do sujeito social, a forma de construir e exprimir saberes, conhecimentos partilhados pelos actores, pelos grupos, pelas organizações.

3.1.3. A representação social enquanto forma de ver o mundo, imagens ou cultura

Uma outra forma de entender a representação social é aquela que a vê como um modo, uma forma de ver o mundo. O entendimento da representação do mundo partilhada, comumente aceite por um grupo, por uma organização.

Abrieux afirma mesmo que qualquer actor social qualquer grupo poder ser caracterizado pela forma de ver o mundo²⁰, mundo este que pode ser a noção vasta de planeta, nações, povos ou a noção restrita de mundo-grupo a que cada um pertence ou onde se move, e que esta concepção de ver o mundo será quem “define o seu sistema de valores e determina o modo de relação que desenvolve com o seu ambiente físico, humano e social” (1996a:14).

¹⁹ Tal ideia da noção de representação social será próxima da que Jodelet veicula quando nos diz que uma representação social poderá ser vista como uma forma de “saber do senso comum’ ou ainda como ‘saber ingénuo’, ‘natural’” (1991: 36), compreendendo, no entanto, “saberes, tomadas de posição, aplicações de valores e prescrições normativas” próprias do grupo (Flament e Rouquette, 2003: 13).

²⁰ Para Marková as “representações sociais formam o nosso pensamento sobre o ambiente. O seu objectivo é convencionar e simplificar os fenómenos do ambiente. Para que tal ocorra as pessoas tentam integrar fenómenos desconhecidos e até ameaçadores nos padrões existentes de pensamento e comportamento” (1992:126)

O mundo é visto percebido, inteligido pelo actor social através de um conjunto de julgamentos, de avaliações²¹ que se produzem tendo como ponto de partida o que já é conhecido, o que já pertence socialmente ao actor.

Assim, as representações sociais serão os fenómenos que regem as nossas relações com o mundo, com os outros parceiros, que nos permitem observar a realidade e transformá-la²².

Realidade comum e partilhada pelo grupo que nos surge como um constructo²³ que partilhamos com os outros, que se constrói na encruzilhada das influências recíprocas do indivíduo²⁴ e do grupo, podendo dizer-se, então que “a realidade apropriada e reestruturada constitui a realidade em si mesma para o grupo” (Abric, 2001: 42).

Realidade que permite, deste modo, integrar não apenas as características do objecto mas as experiências, as vivências, as crenças, as normas, as atitudes, os comportamentos do actor social, transformando-se numa realidade significativa.

Realidade significativa não apenas para o sujeito individual mas realidade significativa para o actor social para o grupo, para a organização.

E porque é uma realidade significativa a representação social lança âncora nos aspectos sociais e institucionais. A representação social depende de factores contingentes tais como a natureza, os contextos, os constrangimentos das situações, as finalidades ou objectivos dos actores, da história individual desses mesmos actores mas.

²¹ Sobre a avaliação que o actor social produz para se apropriar o mundo Flament e Rouquette (2003: 13) afirmam que “seja qual for a metodologia utilizada, esta ‘forma de ver’ (...) não pode ser suficientemente apreendida por um indivíduo singular, ela reenvia para um facto social” (2003: 13) até porque a ideia, a noção do mundo “concretiza-se nas representações sociais que um dado grupo social elabora a propósito de diferentes objectos – reais ou simbólicos – que o rodeiam” (Abric, 1996 a:14)

²² Moscovici diz que as nossas representações sociais “nascem a partir de uma série de transformações que geram novos conteúdos” (1986: 68).

²³ Foster afirma que quer os indivíduos quer os grupos “não codificação e espelham as representações de outros grupos, mas que activamente as trabalham, mudando-as enquanto tal” (2001:3.3)

²⁴ Costalat-Founeau entende que o “homem se constrói a si próprio na sua relação com a realidade social integrada e recomposta (1995:55)

também da história social destes, do lugar que ocupam no grupo social, dos desafios que o grupo enfrenta ou enfrentou, do sistema de valores²⁵, da cultura, partilhados pelo grupo.

A representação social²⁶ será, pois, uma construção complexa que terá em conta não apenas os acontecimentos, os contextos mas sobretudo as leituras que cada um e o próprio grupo é capaz de fazer dos acontecimentos tendo em conta o Eu de cada um e o do grupo e, funcionará como um sistema de interpretação da realidade que governa as relações que os indivíduos estabelecem com o ambiente físico e social²⁷.

Ela é “um sistema de pré-descodificação” (Abric, 2001: 43).

E a representação social²⁸ será um sistema de pré-descodificação pois permite, para além de um reconhecimento dos elementos constitutivos do mundo, a transformação, a reorganização a recomposição da realidade, do mundo transformando-o em algo de comum, de partilhado.

Esta compreensão comum da realidade, este saber partilhado só será possível uma vez que as representações individuais ou mentais que o actor tem do mundo, as categorias e as classificações, as associações, os arranjos e articulações que faz, as combinações que organiza dos conjuntos de símbolos que possui e que lhe permitem

²⁵ A propósito dos valores Bergmann (1998:80) afirma que estes são “crenças relativamente estáveis infusas de afecto; referem-se aos grandes objectivos de vida e são modos gerais de conduta (...) guiam a percepção, a avaliação e o comportamento (...) serão estáveis o suficiente para encapsular as aspirações e os motivos passados e futuros, selectivamente canalizar atitudes, percepções e experiências e sugerir comportamentos apropriados”.

²⁶ É Moscovici (1986:43) quem afirma que as representações sociais “são "sistemas" de pré concepções, de imagens e de valores que têm a sua própria significação cultural e subsistem independentemente das experiências individuais” permitindo portanto o acesso à cultura própria de cada um dos grupos e mesmo a construção partilhada da mesma ou como diz Seca (2002:5) as representações sociais “são formas de ‘programas’ culturais agindo sobre os grupos e sobre os seus membros”.

²⁷ Philogene e Deaux (2001: 4) afirmam que as representações sociais “são construídas tendo como base um saber partilhado e uma compreensão comum da realidade”.

²⁸ Seca (2002: 40) diz que a “representação serve de filtro interpretativo’ e de ‘instrumento de descodificação’ favorecendo uma ‘produção original e uma remodelação completa da realidade, uma reorganização de tipo cognitivo ou das conotações ideológicas pessoais (atitudes, opiniões) e colectivas (valores e normas) tendo um lugar essencial tanto no produto como no mecanismo da sua constituição”.

através das hierarquias que constroem perceber o mundo, passam a ser percebidas pelos outros elementos do grupo que as integram, que as adoptam, que as tornam suas e portanto as passam a partilhar transformando-as em representações sociais²⁹.

As representações sociais têm uma estruturação hierarquizada ³⁰que desempenham um papel importante na apropriação por parte de cada um dos actores do mundo que os rodeia³¹, pois será através das representações sociais³² que cada um de nós, de per si ou enquanto membro de um grupo, tornará o mundo inteligível, partilhado.

Para Philogene e Deaux (2001: 4) esta ideia da partilha da compreensão e da construção partilhada ou comum do mundo parece reforçar-se na afirmação de que, “qualquer interacção entre dois indivíduos ou dois grupos de indivíduos, pressupõe representações partilhadas que permitem nomear e classificar os vários aspectos da realidade social”³³.

²⁹ As representações sociais actuam como pontes entre o mundo individual e o mundo social” (Philogene e Deaux, 2001:5)

³⁰ As representações sociais podem, assim, ser entendidas como syplexes. Seca define syplexes como “conjuntos, associações, arranjos e articulações ou ‘combinações de conjuntos de símbolos’ mais ou menos hierarquizados” afirmando mesmo que estes são “estratos do ‘universo’ dos objectos que compõem o mundo, e que compreendem o conjunto dos elementos simbólicos que com ele se relacionam e formam as suas ‘classes constituintes’” (2002: 37)

³¹ É ainda Seca (2002: 38) que diz que uma representação social é um syplexe uma vez que «associa objectos do universo de um observador” e que ao ser “perceptível por um grupo de observadores é um objecto partilhado pelo grupo” pelo que a representação social “pertence à intersecção entre as representações de cada um dos membros “do grupo.

³² As representações sociais surgem sob a forma de “ideias, conceitos, categorias ou motivos” ou mesmo de “sentimentos colectivos e expressão de emoções socialmente definidas” (Doise e Palmonari, 1986: 14)

³³ Idêntica opinião tem Jovchelovitch (2000: 41) que afirma que as representações sociais “possuem um carácter produtor de imagens e significante, que expressa, em última instância, o trabalho do psiquismo humano sobre o mundo. Dessa forma, elas representam por excelência, o espaço do sujeito social, lutando para dar sentido, interpretar e construir o mundo em que ele se encontra”.

A autora acrescenta mesmo que as representações sociais “são forjadas por actores sociais para lidar com a diversidade e a mobilidade de um mundo que, ainda que pertença a todos nós, colectivamente nos transcende. Elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada um vai além das dimensões de sua própria individualidade para entrar noutra dimensão, fundamentalmente relacionada com a primeira: a dimensão da esfera pública. Neste sentido, as representações sociais não somente surgem através de mediações mas tornam-se, elas também, mediações sociais” (Jovchelovitch, 2000: 80).

Sendo assim, esta ideia de que a representação social é um syplexe, que ela permite que cada um de nós enquanto ser social faça a leitura do mundo, o reconstrua, dele se aproprie permitir-nos-á dizer que a representação social para além de construir a visão do mundo do grupo poderá influenciar esse mesmo mundo através das reacções, das atitudes, dos comportamentos que o actor social desenvolverá e que portanto irão modificar a ordem das coisas e aproximá-las ou afastá-las do que ele pretende.

É Moscovici quem, neste mesmo sentido, nos diz que (1986:52)" as nossas imagens do mundo social não são só um reflexo dos acontecimentos do mundo social, mas os acontecimentos do mundo social podem ser eles próprios reflexos e produtos das nossas imagens do mundo social". Dito de outro modo, as representações sociais estão intrinsecamente relacionadas com os processos de interacção. Nesta perspectiva Marc e Picard afirmam que as interacções supõem "*interactuantes* socialmente situados e caracterizados" que interagem em "*contexto social* " e que são possuidores e emprestam a si e ao contexto em que fazem a interacção acontecer " a sua marca (...) um conjunto de códigos, normas e modelos que tornam a comunicação possível " (s/d : 11).

As representações sociais³⁴ constróem e permitem-nos partilhar o mundo em que nos inserimos, permitem-nos construir e partilhar imagens ou cultura pois elas serão “modalidades de pensamento prático orientadas para a comunicação, compreensão e domínio do ambiente social, material e ideal” (Jodelet, 1984:361).

As representações sociais comumente partilhadas e colectivamente elaboradas permitem-nos construir o sentido do mundo e comunicar esse mesmo sentido aos outros

³⁴ Elas permitirão que as “condutas, as opiniões, as atitudes ou reacções afectivas de cada actor da sociedade sejam finalmente pensadas como realizações e actualizações de ‘programas’ culturais que serão assim ‘incorporados’ nas condutas dos actores” (Seca 2002:39) o que possibilitará conhecer, pelo menos em parte, algumas das origens e dos laços das relações que os actores desenvolvem com os outros actores dentro do grupo.

através das palavras, das atitudes, dos comportamentos, das reacções e acções, através das interacções que desenvolvemos nas organizações.

3.1.4. A representação social atitude, emoção ou comportamento

Uma vez que a compreensão do mundo, do social, da cultura do grupo em que nos inserimos influencia e é influenciada, constrói e é construída pelas representações sociais de cada actor, pelas relações que se desenvolvem entre todos os que fazem parte do grupo, da organização poderemos dizer que uma ideia que perpassará o entendimento da representação social é a de que esta configurará ainda atitudes, emoções e comportamentos.

A representação social será assim vista como uma tomada de posição, uma opinião, atitude ou estereótipo que dependerá da relação que os actores desenvolverão entre si e da forma como estes fenómenos se relacionam eles próprios entre si (Doise, 1991).

Será através das atitudes, dos comportamentos que os actores assumirão as suas posições, se afirmarão como elementos de um grupo que partilha essas mesmas atitudes e comportamentos.

As atitudes parecem assim implicar potencialmente a existência «de acções conformes às suas orientações» (Seca, 2002:29) uma vez que ao estarem ligadas aos valores e às crenças dos indivíduos elas se “diferenciam através das suas possíveis evoluções e das influências que sofrem (provenientes do contexto, dos actores, de factores ligados às origens de uma actividade persuasiva, às condições de elaboração e de transmissão de mensagens e das interacções diversas)” (ibidem).

As representações sociais serão pois determinantes da nossa acção³⁵, dos nossos comportamentos e das atitudes que desenvolvemos ou expressamos e que nos identificam com o grupo de pertença ou de referência.

Assim falaremos de palavras de gestos, de encontros que a todos as horas e momentos circulam entre os elementos do grupo.

Será através das atitudes, dos comportamentos que construiremos, também, o nosso caderninho de significados. Caderninho que partilhamos com os outros e, que porque partilhados nos permite construir os mundos simbólicos comuns e partilhados e assim compreender-nos, compreender os outros, construir e re-construir a realidade, construirmo-nos e re-construirmo-nos, construindo e re-construindo os outros.

E se a representação social se constrói e re-constrói nas atitudes e nos comportamentos partilhados convirá recordar que neste sentido da relação que se estabelece entre os actores, quer as atitudes, quer os comportamentos têm ou esperam uma resposta.

Mead afirma que "o indivíduo é estimulado pela resposta do outro e actua de certa forma procurando dar resposta à situação" (1934:161) pelo que os comportamentos e atitudes do actor são "afectados e afectam as atitudes dos outros" (ibid:327).

Assim, e no que se refere aos comportamentos³⁶, estes serão construídos e tidos, pelos actores, como uma resposta a outros comportamentos e portanto construídos e

³⁵ Moscovici (1976:47) afirma que «se uma representação social é uma 'preparação para a acção' ela não o é apenas na medida em que guia o comportamento mas é-o na medida em que ou remodela e reconstitui os elementos do ambiente onde deve ter lugar»

³⁶ Ao referir os comportamentos Seca (2002:29) afirma que estes são «actividades que surgem de acordo com os diferentes contextos em que se manifestam o que significa que as representações sociais os formam a partir das paletas completas de julgamentos e de acções que podem eventualmente ser opostas mas colineares». Para este autor a efectiva expressão de um comportamento dependerá , em termos do actor, "do seu tipo de inserção nas relações sociais e de múltiplos factores que pelas interacções desenvolvidas os tornam possíveis ou úteis".

remodelados de acordo com “os elementos do ambiente em que o comportamento terá lugar” (Moscovici, 1976:242).

O comportamento ou comportamentos do actor, do grupo, terão pois sentido dado que estarão integrados numa rede de relações³⁷. Se entendermos que a representação social se constrói no e pelo comportamento então, poderemos ver os comportamentos como construídos nas e pelas relações ou interações, enfim construídos também pelas próprias representações sociais.

De novo, nos encontramos perante esta ideia da reciprocidade da influência. Se por um lado a representação social se constrói nas atitudes, nas emoções, nos comportamentos partilhados pelos actores, também essas mesmas atitudes, emoções ou comportamentos são construídos e re-construídos pelas representações sociais.

As representações sociais modelam assim “as nossas crenças, ideias, atitudes e opiniões dando significado às coisas e ajudando-nos a compreendermo-nos uns aos outros” (Philogene e Deaux, 2001:5).

3.1.5. A representação social enquanto comunicação³⁸

Começemos por recordar, com a escola de Palo Alto, que não é possível não comunicar. Qualquer comportamento, suscita no outro a atribuição de significado. Mesmo as situações vulgarmente descritas de não comunicação estão carregadas de

³⁷ Doise (1991:228) no que respeita às relações e ao modo como estas podem ser entendidas no âmbito das representações sociais afirma que estas “são os princípios organizadores das relações simbólicas entre actores sociais, trata-se, assim de princípios relacionais que estruturam as relações simbólicas entre indivíduos ou grupos, constituindo ao mesmo tempo um campo de trocas simbólicas e uma representação desse campo”. O mesmo autor afirma ainda que “as representações sociais são os princípios geradores de tomadas de decisão ligadas a inserções específicas num conjunto de relações sociais e organizam os processos simbólicos intervenientes nessas relações” (Doise, 1986:85).

³⁸ Sobre a importância da comunicação, Winkin diz-nos que esta é o factor que permitirá que "os indivíduos que comunicam e frequentemente interagem tenham mais possibilidades de se compreender mutuamente e de partilhar um conjunto comum de atitudes e de valores do que aqueles indivíduos que raramente comunicam ou interagem" (1996:24), pelo que a vê como "um vasto processo vital que faz 'respirar' a sociedade" (ibid:22).

comunicação: nas situações mais simples comunicamos que não comunicamos. E nos processos comunicacionais não há a imposição, por uns sobre outros, do significado das coisas mas antes negociações simbólicas complexas.

Dar significado às coisas, ajudar-nos a compreender o mundo, comportamentos³⁹ e atitudes serão pois aspectos importantes para a compreensão do termo representações sociais, mas dar significado⁴⁰, ajudar a compreender, implica relacionarmo-nos com os outros, interagirmos com eles, enfim podermos comunicar⁴¹.

E se entendermos que a comunicação tem uma incidência sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, dado que envolve processos de interacção social, de influência, de consenso e dissenso e de polémica poderemos dizer que a comunicação permitirá o “forjar de representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes para a vida prática e afectiva dos grupos” (Jodelet, 1991:49).

Comunicar será, então, um dos aspectos fundamentais na construção das representações sociais, pois tal como afirma Philogene (2001:40) para além das

³⁹ Goffman afirma que "o material comportamental último é feito de olhares, de posturas e de enunciados verbais que cada um não cessa de injectar, intencionalmente ou não, na situação em que se encontra" (1974:7). Pelo que nos parece, então que Comportamento, Relação, Comunicação, Interação, têm algo em comum.

⁴⁰ Trognon avisa-nos de que "o que uma pessoa produz ou mesmo o que é, constitui um reflexo das suas relações com os outros" (1991:10)

Alves-Pinto por sua vez alerta-nos para o facto de que "ninguém (...) pode ter acesso ao mundo subjectivo do adulto com quem está em interacção. Cada pessoa só tem acesso indirecto ao significado subjectivo de outrém" (1995:122)

⁴¹ Queiroz e Ziolkovski (1994:41) afirmam mesmo que "os seres humanos agem com respeito às coisas em função do sentido que as coisas têm para eles (...) [que] o sentido deriva ou provém das interacções de cada um com o outro (...) [e que] é num processo de interpretação posto em prática por cada um no tratamento dos objectos percebidos que o sentido é manipulado e modificado".

Para estes autores "é através das formas de agir em relação ao outro em função dos objectos que uma significação se forma" (ibid:33). O objecto terá, assim, um sentido que deriva não da sua natureza mas sim das condutas que suscita.

As significações aparecerão, pois, no decurso das interacções concretas entre os diferentes parceiros, dependem das suas acções e interpretações, são definidas por um contexto situacional particular repousando, no entanto, "sobre a utilização de símbolos gerais independentes do contexto e fazendo parte do universo do discurso de todo o grupo" (ibidem).

representações sociais serem fundamentais⁴² para o encontrar do elemento que permite ao grupo e a si próprio consensualizar, negociando, posições, a comunicação será “fundamental no sentido em que nos dá as bases de uma compreensão partilhada dos objectos, das pessoas e dos acontecimentos”.

A compreensão partilhada dos objectos, das pessoas e dos acontecimentos que constitui parte fulcral da construção e re-construção das representações sociais⁴³ só pode ocorrer no âmbito de processos comunicacionais.

Mas, retomando ainda a abordagem da pragmática da comunicação da escola de Palo Alto, nunca é demais ter presente que os processos comunicacionais podem assumir várias modalidades nomeadamente a da confirmação, rejeição e desconfirmação.

Com efeito a comunicação e as interacções⁴⁴ de cada um e do grupo constituem por isso “uma parte não negligenciável do universo individual de cada um” (1986:14), ao que nós acrescentaremos que são, também, uma parte não negligenciável do universo do grupo em que o actor se encontra inserido.

O universo de cada um e do grupo desde que partilhado será o responsável pela criação de uma base estruturada que permite que as nossas interacções e comunicações, que servem para nos definir como “agentes sociais interrelacionados” (Philogene, 2001:40) aconteçam e façam sentido.

⁴² E serão fundamentais na comunicação entre grupos pois “as representações circulam nos discursos, são levadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e nos arranjos materiais ou espaciais” (Jodelet, 1991:32).

⁴³ Capozza, Robusto e Buseti ao relacionarem as representações com a comunicação afirmam: “as representações sociais são interpretadas como significações partilhadas, isto é representar significa comunicar: comunica-se uma imagem que constitui uma construção partilhada da realidade” (1999:1.2)

⁴⁴ A interacção social pode ser entendida como “a classe de acontecimentos que têm lugar sempre que estamos perante uma presença conjunta e em vidade desta presença conjunta” (Goffman, 1974:7).

Se entendermos a interacção como um processo de comunicação interpessoal e ainda como “um fenómeno social, firmado num quadro espaço temporal de natureza cultural, marcado por códigos e rituais sociais” (Marc e Picard, s/d:12) parece ser possível afirmar que “toda a relação se inscreve numa ‘instituição’ que traz consigo modelos de comunicação, sistemas de papéis, de valores e de finalidades” (ibidem).

As representações sociais acontecem, nascem, constróem-se, transformam-se, a toda a hora e a todo o momento. Elas acontecem nas conversas quotidianas⁴⁵, nascem, constróem-se e transformam-se por referência aos contextos em que cada sujeito se insere, sejam eles contextos sociais, temporais, culturais contribuindo assim para o desenvolvimento dos processos que irão propiciar e orientar quer os comportamentos quer as comunicações que se vão estabelecer.

Falar de representação social enquanto comunicação significará, pois, falar de objectos representados. Numa perspectiva comunicacional⁴⁶ esses objectos representados podem ser vistos como “produções discursivas que permitem aceder às representações” (Abric 1997b:15), cujos significados dependem das interacções e do tempo em que a relação se desenrola.

Nas comunicações cada actor transmite informações sobre acontecimentos, factos, opiniões ou sentimentos (Marc e Picard,1984:44). E os actores oferecem-se "mutuamente definições" (Watzlawick, Beavin e Jackson 1979:84) da relação que desenvolvem entre si comunicando ainda ao outro o que Watzlawick, Beavin e Jackson chamam de "o protótipo da sua metacomunicação" ou a forma como nos dizem "Isto é como eu me vejo a mim próprio" (ibidem),

⁴⁵ Rouquette e Guimelli ao falarem sobre a importância das representações nas conversas quotidianas recordam-nos que para além de serem modos de construção da realidade as representações sociais no quadro das conversas quotidianas “levam os indivíduos a veicular as suas opiniões e a tomar posição, aí encontram a ocasião para aplicar as suas categorias, eventualmente desenvolver uma argumentação” (1996:32)

⁴⁶ Jovchelovitch (2000:80) refere quanto à importância dos processos comunicacionais na construção das representações sociais que “os processos que dão forma e transformam as representações sociais estão intrinsecamente ligados à acção comunicativa e às práticas sociais da esfera pública: o diálogo e a linguagem, actuais e processos produtivos, as artes e padrões culturais, em suma, as mediações sociais. Desta forma, a análise das representações sociais deve concentrar-se sobre aqueles processos de ‘comunicação e vida social’, que não apenas as produzem mas que também lhes conferem uma estrutura peculiar”.

E será porque a representação social depende da dimensão temporal da comunicação, da interação, da relação que poderemos reconhecer as divergências ou modificações que podem ocorrer nas representações sociais.

Mas tais divergências ou modificações que podem ocorrer nas representações sociais apesar de partilhadas estarão sempre “estruturadas à volta das representações partilhadas de um mesmo objecto” (Philogene, 2001:40).

Partilha, comunhão de pensamento, de construção não significam pois unicamente uniformidade de visão, significam também diferença⁴⁷, diferença esta que será saudável pois permitirá que a representação social se re-estruture.

Mas esta diversidade, estas diferenças farão sentido se, ao serem comparadas e justapostas, nos permitem, mesmo assim, compreender que existe um princípio organizador comum que constrói a representação social.

As representações sociais decorrem da partilha, da comunhão de pensamento, integrando alguma diversidade, sendo o resultado das comunicações, interações que ocorrem entre os sujeitos e os objectos por si representados.

Tendo em conta que a expressão das representações sociais é muitas vezes feita através da linguagem verbal ou não verbal⁴⁸, ou como Watzlawick, Beavin e Jackson (1979:56-60) dizem “quando os actores utilizam a palavra⁴⁹ (escrita ou falada) estão a

⁴⁷ Para Duveen e Rosa existe um aspecto importante de distinção na construção da representação social e que será o ponto que “surge em qualquer interação social, o ponto em que os indivíduos se encontram, falam, discutem, resolvem conflitos” (1992:95)

⁴⁸ A comunicação que acontece não se limita ao que é veiculado pelas palavras, mas "apoia-se sobre todo um conjunto de elementos tais como a aparência física, o cuidado os gestos, a mímica, o olhar, a postura; cada comportamento torna-se uma mensagem implícita e provoca uma reacção como resposta". (Marc e Picard, s/d:16)

⁴⁹ Para Watzlawick, Beavin e Jackson (1979:59) as palavras “são sinais arbitrários que se manipulam de acordo com a sintaxe lógica da linguagem” dado que as palavras serão uma convenção, não existindo, portanto, qualquer correlação entre a palavra e o objecto que ela representa.

utilizar a comunicação 'digital' enquanto que, na outra forma de comunicação, estão a utilizar a comunicação 'analógica'⁵⁰.

Convirá, assim, ter em conta que as representações podem utilizar percursos muito diversos com recurso a aspectos icónicos e linguísticos, a convenções e símbolos, com as correlativas dimensões conscientes e inconscientes, racionais e irracionais na sua construção (Moscovici,1986), o que poderá ser mais um aspecto de partilha ou de divergência a ter em conta.

E finalmente cremos poder dizer que a comunicação está indissociavelmente relacionada com as representações sociais. É em processos comunicacionais que é possível compreender o mundo real e o mundo subjectivo, construí-lo, compreendê-lo, compreendermo-nos a nós e aos outros e permitir na partilha, na construção e nas visões comuns, que os outros nos compreendam e ao mesmo tempo compreendam o mundo que com eles representamos.

Diremos que é na comunicação que as representações se constroem e se partilham e por isso mesmo se tornam sociais.

⁵⁰ Watzlawick, Beavin e Jackson (1979:61) afirmam, ainda, que a área das relações é normalmente uma área em que a comunicação analógica será particularmente utilizada até porque "sempre que a relação é o ponto central da comunicação verificamos que a comunicação digital é quase anódina" dado que não é possível na área das relações introduzir insinceridade ou mentira.

Bateson afirma que, cada vez que utilizamos sinais gestuais estaremos a dizer "qualquer coisa do que é que se sente" (1989:21), estaremos a utilizar "uma espécie de informação diferente da de que 'o gato está deitado no tapete'" dado que "as mensagens que trocamos por gestos não são de facto as mesmas que as traduções desses gestos em palavras" (1989:24). Para este autor "não há 'simples palavras' (...) Só há palavras com gestos, ou tom de voz, ou coisas do género. Mas, evidentemente, gestos sem palavras são frequentes." (ibid:25) até porque para Bateson será importante "assumir que a linguagem é primeiro, e para além de tudo o mais, um sistema de gestos." (ibid:26)

3.1.6. A representação social enquanto processo e produto

Mas representar os outros, representarmo-nos a nós e ao mundo significa como já anteriormente dissemos, agir, pelo que cremos que outro aspecto fundamental que a representação social pode revestir será o da acção.

E sê-lo-á porque as representações sociais permitir-nos-ão definirmo-nos enquanto grupo, “por relação a um outro e avaliarmo-nos positiva ou negativamente” (Dortier, 2002:27) e esta, em nosso entender, é já uma forma de acção .

Uma outra forma de acção em que as representações se manifestam reporta-se ao processo de tomada de decisão⁵¹.

Tomadas de decisão que implicam processos complexos⁵² em que as representações sociais terão um papel fundamental sobretudo se entendidas como princípios geradores de tomadas de decisão que organizam os processos mesmo que simbólicos das relações sociais que se estabelecem em circunstâncias determinadas.

Ainda neste sentido será importante lembrar que todo o processo de tomada de decisão, mesmo quando aparece como individual, vive não só das escolhas pessoais, individuais, mas também de todas as influências que advêm quer dos outros, quer do

⁵¹ Borges afirma que decidir “significa agir e agir sobre o mundo que nos rodeia e que conosco interage” e que as decisões surgem como o resultado “de um processo dinâmico influenciado por muitas forças” sendo mesmo vista a tomada de decisão como tendo por função “permitir ao actor agir, até porque ela é a intermediária entre o actor e o mundo, dado que permite que este conheça aquele e estes tenham entre si uma relação interactiva” (1993:8)

⁵² É ainda Borges que afirma que o processo de tomada de decisão “é um processo eminentemente subjectivo e complexo.

Subjectivo porque, (...)procedendo de leis estritas da lógica humana, percorre, com as nossas ideias, um caminho caprichosos influenciado pela forma de entender e interagir com o mundo. Caminho que é influenciado pelas nossas representações, pelos nossos valores, pelos objectivos que definimos em termos do futuro próximo ou longínquo que queremos atingir e por todas as mini-decisões que vamos tomando ao longo do caminho e que nos podem fazer voltar atrás e repensar as soluções tendo em conta os critérios que vão emergindo.

Complexo porque, (...) depende, também, da forma como o problema é definido, como as informações são recolhidas e tratadas e daquilo que em determinado momento, parece ser mais favorável e do ponto de onde se parte” (1993:38)

dos grupos em que o actor se encontra inserido, quer do ambiente que o rodeia. Com efeito todo o processo de decisão é possível no quadro de um universo simbólico, que nos transcende mas para o qual contribuímos constantemente. Nesta perspectiva Lavergne propõe que situemos os processos de decisão no seio de um tetraedro, que tem como outros três pólos a ética, os objectivos e as representações. Tanto a ética como os objectivos se referem a representações sociais que de forma diversa interferem nos processos decisoriais. Por sua vez, a decisão tomada vai interferir nas representações sociais subsequentes. Uma vez porque as confirmam outras vezes porque introduzem divergências.

Assim, não será possível não ter em conta, que no que respeita à construção das representações sociais, a influência dos múltiplos processos individuais, interindividuais, intergrupais e ideológicos que ocorrem na tomada de decisão..

As representações sociais poderão, pois, ser entendidas como processos.

Processos que são socialmente marcados, que nos permitem construir a realidade, que para além de representar alguém ou alguma coisa, estabelecem a relação entre o sujeito e o objecto. Processo utilizado como uma “forma de pensamento social usado para comunicar, compreender e dominar o social e o material”⁵³ (Rosa, 2001:50).

E se as representações sociais enquanto processo permitem a cada um e ao grupo construir versões da realidade, tal só será possível porque as representações sociais pressupõe um processo de adesão⁵⁴ e de participação por parte dos actores.

⁵³ O domínio do social e do material, o domínio, em suma, do objecto será possível uma vez que tal como Jodelet (1991:35) afirma “as instâncias e ligações institucionais, as redes de comunicação mediáticas ou informais intervêm na elaboração das representações, abrindo vias a processos de influência, de manipulação social - factores determinantes na construção representativa” o que permitirá, portanto a formação de “um sistema e [o dar] lugar a "teorias" espontâneas, versões da realidade que encarnam a realidade ou que condensam as palavras, cada uma delas carregada de significações”.

⁵⁴ Jodelet afirma mesmo que “podem observar-se fenómenos de adesão às formas de pensamento da classe, do meio ou do grupo de pertença por força da solidariedade e da afiliação sociais. Partilhar uma ideia, uma linguagem, é também afirmar um elo social e uma identidade. A partilha serve a afirmação

Por outro lado, e para além de processo de adesão e de participação e por força da sua capacidade de relacionar e de pôr em relação condutas, comportamentos, atitudes e processos simbólicos a representação social aparecer-nos-á como um processo inovador em termos psicológicos⁵⁵, uma vez que não se limitam a reproduzir mas introduzem muitas vezes novas combinações do registo lógico e do registo figurativo.

A representação social será, ainda vista como sendo ao mesmo tempo “o produto e o processo de uma actividade mental” (Abric 1997b:13). Falar de representação social enquanto processo e produto resultado da interacção dialéctica que ocorre entre sujeito e objecto significará ainda evocar um laço, uma relação.

E é um produto, pois, quer a nível psicológico quer a nível cognitivo os objectos representados, sejam eles processos simbólicos, condutas ou comportamentos, ideias ou imagens, serão transmitidos tendo em conta as diferentes ligações, as diferentes proveniências, as diferentes regras que regem de cada um deles.

Significará falar da representação social como configuração de “uma força, (...) um campo de tensões, de entrelaçamentos, de conexões” (Seca, 2002:32).

Falar de representação social enquanto produto poderá, ainda significar falar de intemporalidade, pois as representações sociais atravessam as diferentes etapas e facetas de vida de cada actor . Etapas e facetas que poderão ser vistas como elementos marcantes, mobilizadores de afectos e de paixões, ou fontes de projectos e de aprendizagens e que fazem parte não só da idade cronológica de cada um mas também de características como as da liberdade e da individualidade.

simbólica de uma pertença e de uma unidade. A adesão colectiva contribui para o estabelecimento e para o reforço do elo social”(1991:51)

⁵⁵ De acordo com Semin (1991:242) “podemos encontrar dois tipos de "registos psicológicos" combinados, o "figurativo" e o "lógico". estes registos diferenciados de acordo com as necessidades de análise fundem-se nas representações sociais. O resultado desta combinação permite compreender a génese dos dispositivos não conceptuais tais como as metáforas, o emprego de imagens, etc. Nestas condições, as representações sociais servem quer para "representar" quer para "descrever". Assim, nas representações sociais as ideias estão ligadas às imagens e vice versa”.

É ainda Moscovici que afirma ao falar da representação social enquanto processo e produto que esta será um produto pois “designa os conteúdos, organiza-se por temas e em discursos sobre a realidade” e será um processo dado que constitui uma “actividade mental (...) um movimento de apropriação da novidade e dos objectos” (1976: 48).

E se a representação social enquanto processo e produto determina os campos das comunicações possíveis, dos valores, das ideias presentes nas visões partilhadas pelos actores e pelos grupos então, parece-nos ser possível afirmar que o acto de representar alguma coisa ou de representar alguém não corresponde apenas ao acto de “duplicar, repetir ou reproduzir”, corresponderá sim ao acto de “reconstituir, retocar, de mudar o texto” (Moscovici, 1976: 56).

3.2. Processo de formação das representações sociais

Como afirmamos a noção de representação social é uma noção complexa dado que entre outros se reporta ao conjunto de relações sociais complexas que o actor desenvolve.

Apesar de ser uma noção complexa convirá para que melhor a possamos compreender explicitar as duas etapas ou processos simultâneos que ocorrem paralelamente e em contexto, na sua construção ou na transformação do conhecimento social em representação e de como a representação transforma esse mesmo social.

Assim, procuraremos de seguida explicitar os dois processos ou etapas segundo os quais uma representação social se elabora, a saber: a objectivação e ancoragem.

3.2.1. A objectivação

Tendo em conta que uma representação será constituída por um conjunto de elementos que no seu todo apresentam, re-presentam o objecto apreendido, será importante tentar perceber o mecanismo que permite ao grupo, ao actor social, construir um saber comum, partilhado sobre esse mesmo objecto, isto é será importante tentar perceber como é que através da objectivação (ou reificação) é possível que um grupo social – o sujeito -, tendo como base as trocas relacionais que ocorrem entre os seus membros, constrói uma representação social de um objecto.

Para Moscovici (1976:108) o grupo, o actor necessita de realizar um duplo esforço para “tornar real um esquema conceptual, duplicar uma imagem de uma contrapartida material” e transformá-lo numa representação social.

E ao transformar a representação através deste duplo esforço, ao transformar o símbolo em realidade o actor estará a realizar uma operação de naturalização – que permite a passagem do simbólico para o real – e ao mesmo tempo a realizar uma operação de classificação.

Como já anteriormente afirmamos será através desta operação de naturalização e de classificação que o sujeito, o actor se apropria do objecto, dado que é a partir e através desta operação que ele será capaz de organizar as novas informações, de as identificar com aquelas que já possui, de as colocar na ordem a que pertencem.

Será através destas operações que o sujeito conseguirá ainda identificar as diferenças e, ao fazê-lo, de se apropriar das mesmas transformando-as em suas, em algo de conhecido, de familiar.

Tal esforço permitirá ao actor encontrar respostas mais consensuais, permitirá transformar o desconhecido em conhecido, o exterior ao sujeito em seu.

Convirá aqui lembrar que para Moscovici representar um objecto “é ao mesmo tempo conferir-lhe o estatuto de um signo e conhecê-lo tornando-o significante. De uma forma particular dominamo-lo e interiorizamo-lo, tornamo-lo nosso” (1976:62). A classificação permitirá pois à realidade situar-se no universo simbólico.

Neste sentido a objectivação⁵⁶ enquanto processo de construção da representação social revestirá formas diversas. Tudo o que pertence ao nosso mundo sensível, tudo o que seja objecto, pessoa, acontecimento, signos ou sinais icónicos, tudo o que somos capazes de experimentar perceptivamente é “susceptível de servir de suporte ao processo” (Moliner, 2001b:20).

A objectivação enquanto processo permitirá, ao actor transformar não só a realidade mas também os conceitos, transformar não só o concreto mas também o abstracto em algo que pertence intrinsecamente ao sujeito e que será uma imagem ou “um núcleo figurativo” (Doise e Palmonari, 1986:20). Permite ainda que o que é percebido directamente pelo actor assim como os conceitos possam ser apropriados (Jodelet, 1984) e que ao mesmo tempo sejam intermutáveis uma vez que permite aos objectos transformarem-se em esquemas figurativos e vice versa

Esta transformação dos objectos em esquemas figurativos, esta cristalização do objecto recentemente percebido, possibilitará ao sujeito projectar imagens (Philogene e Deaux, 2001) e ser portanto capaz de as transmitir aos outros imbuídas de uma significação nova e própria do actor que se apropriou dos objectos.

⁵⁶ Elejabarrieta define objectivação como o processo que se “refere à transformação, selecção e configuração do conhecimento diário em realidade social negociada. Em resumo, o conceito de objectivação lida com o estabelecimento de uma descrição que relaciona uma série de fenómenos às entidades com as quais podem ou não manter uma posição epistemológica real” (1992:134) enquanto que para Jost a conceito de objectivação se refere “à construção de crenças ontológicas. É um processo em que as figuras são transpostas para elementos da realidade (...) ocorre quando entidades teóricas são transformadas em coisas reais” (1992:120)

A propósito desta cristalização em um esquema figurativo o processo de objectivação, na sua tarefa de apropriação do real, passará, para além da formação de um esquema figurativo⁵⁷, por mais duas fases que se denominam por selecção, e naturalização (Seca, 2002).

O objecto não é apreendido na sua complexidade total. A selecção permitirá que através da filtragem da informação disponível sobre o objecto surjam alterações que podem ser do nível das distorções, inversões, reduções, acoplamentos de certos dados e/ou avaliações, eliminações, retenções e supressões de atributos.

Estas modificações ocorrem como resultado de conflitos de ideias, crenças, ideologias, valores, culturas que o sujeito utilizar para avaliar e se apropriar do objecto.

Convirá aqui relembrar uma ideia por nós já explorada anteriormente: a da transformação do inabitual no costumeiro, do extraordinário em usual, do estranho em conhecido.

A selecção ocorrerá por um lado na forma como uma representação social fará circular os conflitos que surgem entre os objectos novos e as ideias, crenças, ideologias, valores, culturas, por outro na forma como esta reúne experiências, vocabulários, conceitos, condutas que provêm de origens muito diversas. Através da selecção o sujeito social será capaz de reduzir a “variabilidade dos sistemas intelectuais e práticos, os aspectos disjuntos do real” (Moscovici, 1976:60) e apropriar-se do objecto transformado em algo próprio⁵⁸.

⁵⁷ A formação de um esquema figurativo pode ser vista como uma imagem que faz sentido, que é familiar para o sujeito e entendida como estando na “origem da cristalização do processo representativo (...) da materialização e da simplificação do fenómeno representado” (Seca, 2002: 63).

⁵⁸ Moscovici recorda-nos quando fala sobre o objecto e sobre a forma como o sujeito dele se apropria, que “ao tornar-se familiar ele [o objecto] transforma-se e transforma. Verdadeiramente deixa de existir enquanto tal para se tornar num equivalente aos objectos dos quais é sujeito” (1976:61).

A selecção será então um dos passos do processo objectivação que permitirá ao sujeito iniciar o processo de apropriação do objecto.

Concluída a selecção, passar-se-á à formação de um esquema figurativo que poderá ser entendido como “uma imagem que faz sentido e é coerente para o actor” social (Seca, 2002:63). Esse esquema figurativo permitirá ao actor encontrar o familiar no objecto, o que é importante dado que o domínio do dicionário simbólico, partilhado pelo grupo, permitirá ao actor compreender o objecto e apropriar-se dele.

O passo seguinte, o da naturalização permitirá que as imagens, os símbolos se tornem reais. Isto é permitirá aos objectos transformarem-se em algo de natural, de autónomo, de objectivo, algo de real sobre o qual é possível agir tornando-se em algo que é possível.

Concluídos estes três passos, a representação social que o sujeito terá do objecto apropriado reproduz o objecto. Mas esta reprodução do objecto decorreu de uma apropriação que implicou reorganizações, remodelações e reconstruções de estruturas, de elementos, de dados, todos eles contextualizados e localizados dentro do conjunto dos valores, das noções e das regras do actor social.

Poderemos então afirmar com Moscovici que finalizados este três passos a representação social de um objecto “fala ao mesmo tempo que mostra, comunica ao mesmo tempo que exprime” (1976:26).

Objectivar significará pois transformar o abstracto em algo que é quase concreto. Transformação esta que se realizará através da passagem dos objectos do nível das ideias para o nível da existência no mundo físico. Assim, e tendo como base imagens e itens relacionados, um qualquer objecto transforma-se em parte da nossa realidade social e será perceptivelmente real (Philogene e Deaux, 2001).

Objectivar significará ainda transformar os significados, as inferências em algo de material em algo que se pode observar que se pode comunicar sobre o qual se pode agir.

O processo de objectivação permite a redução da distância que separa a representação do seu objecto “uma vez que dá aos indivíduos o sentimento que o seu discurso sobre o mundo não é uma construção intelectual, uma visão do espírito, mas o simples reflexo da realidade circundante” (Moliner, 2001b:20).

E porque a objectivação permite ao sujeito, ao actor reduzir a distância que o separa do objecto poderá acontecer que a forma como nos aparecem as coisas, os outros, as ideias, o mundo seja tão estreitamente determinada pelas nossas representações sociais que nos leve a considerar que “não existe uma realidade objectiva a priori, que toda a realidade é representada” (Abric 2001:42). E esta consideração pode ocorrer uma vez que a representação social tem a da capacidade da representação social em tornar familiar o desconhecido, em tornar presente o ausente.

3.2.2. A ancoragem

Face ao que dissemos sobre a objectivação enquanto processo de formação da representação social, poderíamos ser levados a crer que o processo se esgotaria aí.

No entanto o processo de formação da representação social não se esgota aqui e para que possa estar completo terá necessariamente de passar pela ancoragem. E terá necessariamente de passar pela ancoragem pois, como anteriormente afirmamos, no seu processo de formação a representação social torna familiar o desconhecido através da objectivação mas faltou dizer que para que tal aconteça efectivamente, para que o insólito se torne familiar e se incorpore na rede de categorias, elas também, familiares

ao sujeito será, então, necessário que dentro do processo de formação da representação social a ancoragem tenha lugar.

Pela ancoragem é estabelecida uma relação de semelhança ou dissemelhança com o universo simbólico do actor.

A ancoragem será então entendida como o processo que respeita ao enraizamento social da representação e do seu objecto (Jodelet, 1984). Será pois, através da ancoragem que a representação será inserida no universo simbólico partilhado na sociedade em que o actor participa, (Moliner, 2001b) tornando-se assim não apenas uma representação individual mas sim uma representação social.

Será através da ancoragem que o desconhecido pode ser integrado nas redes de categorias que nos são familiares⁵⁹.

O processo de apropriação do objecto só estará concluído quando o objecto for integrado ou enraizado nos quadros de referência pré existentes – representações, ideologias, atitudes, crenças, valores, condutas, grupo... – do actor ou do grupo e por via desta integração ou enraizamento seja possível que o mesmo se manifeste de várias formas e seja entendido como uma representação social⁶⁰ do actor.

Só através desta integração ou enraizamento será possível que o sujeito – indivíduo ou grupo – acolha a novidade.

⁵⁹ A ancoragem poderá ser encarada como o “processo pela qual a representação é tornada familiar” (Philogene, 2001:40) permitindo-nos “incorporar algo que não nos é familiar e que nos cria problemas na rede de categorias que nos são familiares e próprias e que nos permitem confrontar o desconhecido com o que nós considerámos um componente ou um membro típico de uma categoria familiar” (Doise e Palmonari, 1986:22).

⁶⁰ Assim “o trabalho da representação é de manipular as estranhezas, de as introduzir num espaço comum, provocando o encontro das visões, de expressões separadas e díspares que, (...) se procuram” (Moscovici, 1976:60).

Será pois através da ancoragem, de um trabalho de manipulação e de integração do que é estranho que os elementos, os objectos representados serão transformados⁶¹. Mas neste processo de ancoragem importa ter em conta as interacções, as relações sociais que o actor desenvolve no grupo e até a própria posição individual que o sujeito detém dentro do grupo em que se insere. Assim, “qualquer objecto, novo ou velho, será ancorado através da criação de um metasistema social que regula, controla e dirige as mentes individuais” (Philogene, 2001:40).

O processo de ancoragem permite pois que o objecto seja interpretado a partir dos conhecimentos, dos conjuntos de categorias⁶² que existem anteriormente e que um novo conhecimento, um novo saber seja produzido⁶³.

O que é desconhecido se transforma, através da ancoragem, em familiar, produzindo novos conhecimentos, novos saberes que serão “instrumentalizados pelos grupos sociais permitindo-lhes legitimar as suas posições ou atingir os seus objectivos” (Moliner, 2001b:19).

A ancoragem permitir-nos-á pois criar um sistema que embora agindo independentemente do nosso controlo nos guia nas nossas decisões e nos leva a ter em conta o que os outros pensam acerca dos objectos de que nos estamos a apropriar.

A ancoragem será, assim, o processo através do qual a representação se transforma em social uma vez que será através deste processo de formação da representação social que os actores terão em conta a forma como os objectos são vistos

⁶¹ A ancoragem poderá ser vista então como o processo que “permite a utilização concreta e funcional do objecto da representação social, que paralelamente é filtrado, descontextualizado, esquematizado e naturalizado” (Seca, 2002:65).

⁶² A ancoragem “categoriza o novo objecto nos nossos sistemas mentais pré existentes, tornando assim o objecto estranho e desconhecido em familiar e recomposto em categorias ordinárias” (Philogene e Deaux, 2001:5).

⁶³ Moliner afirma que no processo de ancoragem por um lado “as informações relativas ao objecto de representação serão interpretadas a partir de domínios de conhecimento pré existentes que servirão de quadros de referência” (2001b:19) permitindo que ocorra a “familiarização do estranho, a inversão, a normalização ou a conformação” (Seca, 2002:66)

socialmente pelo que a ancoragem modela o que pensamos e a forma como agimos em relação ao objecto⁶⁴.

Jodelet a este propósito aponta três funções de base que articulam todo o processo de ancoragem. As três funções serão a “função cognitiva de integração da novidade; a função de interpretação da realidade e a função de orientação das condutas e das relações sociais” (1984:372).

Estas três funções da ancoragem permitirão melhor compreender por um lado como a significação é conferida ao objecto representado; por outro como a representação é utilizada como sistema de interpretação do mundo social, quadro e instrumento de conduta; e por outro ainda como se opera a sua integração num sistema de acolhimento e se faz a conversão dos elementos deste último que aí se encontram reportados⁶⁵.

O processo de ancoragem terá assim uma dupla finalidade⁶⁶. Por um lado facilita a apreensão do objecto novo inserindo-o num domínio comum enquanto que por outro lado orienta “a utilidade social da representação” (Moliner, 2001b:19).

Por último, entendida a representação social como composta de figuras e de expressões socializadas conjuntamente, entendida como uma “organização de imagens e de linguagem porque recorta e simboliza actos e situações que são ou se tornam comuns” (Moscovici, 1976:25).

⁶⁴ A ancoragem permite a criação de um metasistema social que nos força “através de convenções a ter em conta o que os outros pensam acerca do objecto” (Philogene, 2001:40).

⁶⁵ As três funções permitirão ainda que ocorra a “inserção orgânica de um conhecimento num pensamento constituído” (ibidem) ou como afirma Moscovici “a representação é uma forma de conhecimento que se faz através da inserção daquilo que não se conhece que se recoloca tornando-se naquilo que se conhece” (1976:63).

⁶⁶ Moscovici afirma que será através do processo de ancoragem que “a sociedade transforma o objecto social num instrumento de que pode dispôr sendo o objecto colocado numa escala de preferências nas relações sociais existentes” (1976:171) e que se é através da objectivação que a ciência será transferida “para o domínio do ‘ser’ [será] a ancoragem que a delimita ao domínio do ‘fazer’ por forma a contornar a proibição da comunicação” (ibid:172).

Entendido ainda que, para que uma representação social se construa, seja objectivada, será necessário inseri-la num conjunto de relações sociais complexas e fazê-la parte de um sistema social que integre as vertentes culturais, cognitivas e representacionais, será importante relembrar que o processo de formação de uma representação não estará concluído se a objectivação e a ancoragem não ocorrerem e que ambos os processos desenvolvem entre si uma relação dialéctica.

Se pensarmos, pois, nas conseqüências dos dois processos – objectivação e ancoragem – na formação das representações poderemos dizer que a objectivação desempenha um papel importante na construção de um partilhar de saberes que decorre de uma consensualização da visão do objecto, da realidade que inegavelmente se observa, colocando-se mesmo “a jusante dos processos sócio cognitivos [sendo] uma formatação dos conhecimentos” (Moliner, 2001b:19).

A objectivação permitirá pois que a representação social se imponha como unidade mesmo na ausência do objecto, ultrapassando o apercebido, incluindo o que está ausente e o que está presente, o que existe e o que se supõe, num sistema estável (Moscovici, 1976).

A ancoragem é o processo que permite que, no seio de um grupo que partilha quadros de referência comuns, se realizem as necessárias operações cognitivas para a apropriação do objecto colocando-se mesmo a “montante dos processos sócio-cognitivos” (Moliner, 2001b:19).

A ancoragem será pois o processo que reflecte, como se de uma tradução linguística se tratasse, para além da diversificação, a capacidade que o actor ou os actores sociais têm de modelar o saber social comum o que permite que não exista contradição entre as dimensões consensuais de uma representação e as suas componentes.

Em suma as representações sociais através da objectivação e da ancoragem permitirão ao grupo construir-se a si próprio por relação com os outros, nas interacções que com os outros estabelecem e na apropriação que do mundo, seja ele o mundo físico seja o mundo das ideias, fazem. E tal acontecerá porque as representações sociais “organizam os princípios simbólicos que sustentam a interacção social” (Moliner,1996:47) e fornecem os pontos de referência partilhados.

Assim, e tendo em conta o processo de formação da representação social constituído pela objectivação e pela ancoragem⁶⁷, o sujeito constrói um sistema ou sistemas de conhecimentos, imagens, crenças, valores, culturas e práticas que permitem ao actor, ao grupo apropriar-se, compreender o mundo, as ideias, os conceitos, o que facilitará a comunicação⁶⁸ entre os membros de uma comunidade.

Esta capacidade de os membros do grupo, de uma comunidade mais facilmente comunicarem acontece “através do fornecimento a essa mesma comunidade de um código de nomeação e de classificação dos vários aspectos do seu mundo e da sua história individual do mundo” (Sotirakopoulou e Breakwell, 1992:29).

A questão que nos poderá surgir, face a esta ideia de sistema estável que nos permite interpretar, descodificar o mundo e os outros, que nos permite tornar o desconhecido em familiar⁶⁹, poderá, então, ser a que respeita à estabilidade, à perenidade da representação social.

⁶⁷ A objectivação e a ancoragem serão, assim, consideradas como “dois mecanismos fundamentais que operam na emergência e na impregnação de uma representação social socialmente diferenciada” (Seca, 2002:80).

⁶⁸ Sotirakopoulou e Breakwell (1992:30) a este respeito afirmam mesmo que a “verdadeira natureza das representações sociais implica ideias, crenças, valores, práticas, sentimentos, imagens, atitudes, conhecimento, compreensão e explicações (...) as representações sociais adquirem significado, estrutura e imagem através da expressão e da comunicação”.

⁶⁹ De acordo com Potter e Billig o que permite a transformação do desconhecido em algo familiar, o que permite que as pessoas “localizem os aspectos do mundo novos por entre os esquemas de classificação existentes” será “a ideia de uma imagem partilhada, uma ‘matriz icónica’ ou um ‘núcleo figurativo’ “ (1992:15)

Tal facto poderia levar-nos então a dizer que as representações “são ao mesmo tempo estáveis e rígidas” (Philogene, 2001:40) dado que elas poderão ser definidas através da “homogeneidade da população” (Flament, 1997:37) que as constrói tendo em conta o contexto e o momento em que elas acontecem.

Será então que se poderá afirmar que uma vez formada uma representação social ela não mais será alterada, ou será que, em qualquer momento em que o sujeito percebe a realidade, se encontra face a novos conceitos, novas ideias, as suas representações sociais se alteram?

Molinari e Emiliani (1996:47) afirmam que embora as representações sociais sejam “definitivamente partilhadas e consensuais, não se pode dizer que o grau de consenso que atingem possa ser visto como um dado estático e definitivo”.

E se nos poderá parecer que esta afirmação nos reenvia para a possibilidade das representações se alterarem, são ainda estas as autoras que nos lembram que as representações não se alteram aleatoriamente.

Para elas, as representações sociais, só serão passíveis de acontecer desde que três condições sobrevenham, isto é, desde que se verifique a existência de

uma focalização numa relação social particularmente saliente ou num ponto de vista que seja importante para os sujeitos;

uma necessidade de tomar uma posição no quotidiano;

uma pulverização da informação que acontece por via da presença na sociedade de universos simbólicos diferentes e contraditórios que os indivíduos têm de confrontar (Molinari e Emiliani. 1996).

Esta dependência de factores tão importantes tais como a relação, a informação, a acção⁷⁰ poderá ainda estar ligada a aspectos como o que respeita às práticas. Daqui se poderia concluir que “existe uma ligação estreita entre práticas sociais e representações” (Moliner, 2001 a:13). E as práticas sociais serão determinadas, serão enformadas pelas representações sociais, sendo as representações sociais, por sua vez, determinadas, enformadas pelas práticas sociais. A influência, se se pode falar de influência, das práticas sociais sobre as representações sociais⁷¹ e destas sobre aquelas parece assim ser mútua e recíproca.

Esta capacidade de mutuamente se influenciarem, esta dialéctica que se estabelece entre as práticas sociais e as representações sociais poderá levar-nos, pois, a tentar responder à questão que colocamos anteriormente sobre a estabilidade ou o dinamismo da representação social dizendo que esta poderá ser vista como dinâmica e flexível porque “integra uma vasta variedade de experiências pessoais nas condições sociais que marcam a evolução dos indivíduos e dos grupos” (Philogene, 2001:40).

A questão que inicialmente colocamos pode, portanto, ser recolocada interrogando-nos nós sobre se afinal as representações sociais são rígidas e estáveis ou sobre se serão flexíveis e dinâmicas.

Para encontrarmos resposta a esta questão parece-nos importante ter em conta que uma representação social “se define através de dois componentes: o seu conteúdo, por um lado (informações e atitudes para utilizar os termos de Moscovici), e por outro lado pela sua organização isto é pela sua estrutura interna (o campo da representação)” (Abric, 1997c:60) pelo que “a análise de uma representação, a compreensão do seu

⁷⁰ É Abric (1997b:19) que nos lembra que uma representação social será “constituída por um conjunto de informações, de crenças, de opiniões e de atitudes a propósito de um dado objecto [e que] este conjunto de elementos é organizado e estruturado”.

⁷¹ Moliner afirma mesmo que “um movimento dos indivíduos, real ou suposto, no campo social traduzir-se-á em evoluções ao nível das representações” (2001 a:13).

funcionamento necessitam obrigatoriamente de ter em conta um duplo sistema: o do conteúdo e o da estrutura” (Abric, 1997b:19).

A resposta a esta questão não poderá ignorar que as representações sociais possuem duas características que poderão parecer contraditórias ou mesmo paradoxais.

A primeira característica de acordo com Abric será a que aponta para o facto de as representações sociais serem, ao mesmo tempo, estáveis e móveis, rígidas e dinâmicas .

A segunda característica a que aponta para a possibilidade de, de novo, as representações sociais serem ao mesmo tempo consensuais e marcadas por fortes diferenças interindividuais.

Segundo Abric estas contradições ou paradoxos “aparentes têm a sua origem nas características estruturais das representações sociais e no seu modo de funcionamento” (1993:75).

4. A estrutura das representações sociais

Face a estas afirmações que nos apresentam as representações sociais como portadoras de sentidos que podem parecer contraditórios ou paradoxais e que serão compreensíveis através da explicitação da estrutura das representações sociais parece-nos importante tentar compreender, de seguida de que forma as representações sociais se organizam.

Nesse sentido tentaremos de seguida explicitar o modo como internamente as representações se estruturam.

Assim, e procurando compreender as respostas à nossa questão sobre a estabilidade ou o dinamismo das representações sociais que nos são dadas quer por

Moscovici quer por Abric convirá relembrar que em termos de estrutura as representações sociais se organizam tendo em conta dois componentes:

o núcleo central e os elementos periféricos⁷².

Estes dois elementos, de acordo com Abric, funcionam como uma entidade tendo cada uma das partes um papel específico mas complementar da outra (1993) o que permitirá dizer que a relação que existe entre eles será uma relação dialéctica e complementar próxima daquela que se estabelece entre a objectivação e a ancoragem. Um não existe sem o outro e a estrutura de uma representação social não estará completa sem a existência de ambos.

Estes dois componentes e a compreensão de como são interdependentes e complementares parecem-nos importantes pois, como diz Moliner (2001b;27), sempre que procuramos compreender uma representação social seremos confrontados com duas constatações, “ primeira que nos reenvia para um duplo sentimento de convergência e de variabilidade (...) a segunda que nos reenvia para a riqueza dos discursos, materializada no número de elementos que as compõem”.

Passaremos, então, de imediato a tentar ver como o núcleo central e os elementos periféricos, podem permitir-nos encontrar a resposta para a questão da estabilidade ou da flexibilidade das representações.

⁷² O núcleo central e o sistema de elementos periféricos serão ainda entendidos como sendo “eles próprios hierarquizados em elementos descritivos, funcionais, normativos mais ou menos negociáveis” (Seca, 2002:80) desempenhando um papel “interno à representação social” (Moliner, 2001b;27)

4.1.O núcleo central

O conceito de que a representação social se estrutura a partir de um núcleo central e de um sistema de elementos periféricos parece merecer da parte de um conjunto vasto de autores concordância.

Assim, Abric (1993;1996b;1997 a;1997b;1997c;2001), Flament (1997), Flament e Rouquette (2003), Guimelli (1993, 1997), Molinari e Emiliani (1996), Moliner (1996, 2001 a;2001b), Philogene (2001), Seca (2002) entre outros, veiculam opiniões convergentes sobre a definição de cada um destes elementos.

O núcleo central visto como o elemento principal aparece-nos assim tendo como principais características o facto de

- estar directamente ligado e ser determinado por condições históricas, sociologias e ideológicas;

- ser fortemente marcado pela memória colectiva do grupo e pelo sistema de normas a que se refere;

- constituir a base comum colectivamente partilhada da representação social ;

- ser consensual;

- permitir que através de si se atinja a homogeneidade do grupo e que este se defina a partir de si;

- ser estável, coerente, resistir à mudança e assumir a continuidade e a consistência da representação (Abric, 1993).

O núcleo central surge-nos, pois, como possuindo uma qualidade ou característica homeostática que permite à representação resistir à mudança e, portanto,

ser estável, coerente, ser perene nos contextos móveis e evolutivos do mundo em que o sujeito, o grupo se insere.

Surge-nos, ainda como o elemento da representação social que permitirá ordenar e compreender a realidade, como a base das representações sociais e como o fio estruturador do grupo uma vez que sendo “determinado, por um lado pela natureza do objecto representado e, por outro lado pela relação que o sujeito – o grupo – tem com o objecto” (Abric, 1997b:22).

O núcleo central será assim o elemento que permitirá que se estabeleça o equilíbrio entre as ideias, as imagens, os conceitos novos apresentados pelo grupo e os sistemas de valores e de normas sociais que constituem o grupo e até o tempo em que as ideias, as imagens, os conceitos acontecem.

Poderíamos, pois, dizer que no caso de ausência do núcleo central “a representação desestruturar-se-ia ou ser-lhe-ia dada uma significação diferente” (Moliner, 1996:45)

O núcleo central, de acordo com a natureza do objecto e a situação, poderá desenvolver duas dimensões diferentes: a funcional e a normativa⁷³.

Falar da dimensão funcional⁷⁴ significará falar de práticas sociais, falar de elementos que permitem ao sujeito, ao grupo actuar. Será porque o núcleo central tem esta dimensão funcional que o sujeito será capaz de realizar acções.

⁷³ Abric e Tafani afirmam que o núcleo central “é um conjunto organizado composto de dois tipos de elementos: os elementos normativos e os elementos funcionais”. Sendo os elementos normativos definidos como aqueles que se encontram “ligados à história colectiva, e ao sistema de valores e de normas do grupo social. Determinam os julgamentos e as tomadas de posição em relação ao objecto da representação” Os elementos funcionais serão aqueles que estarão “ligados à inscrição do objecto nas práticas sociais e/ou operatórias. Determinam e organizam as condutas relativas ao objecto” (1996:23)

⁷⁴ Abric diz-nos que quando o núcleo central desenvolve uma dimensão funcional privilegiará “os elementos mais importantes para a realização da tarefa” (1997b:23) estando ligada esta dimensão às “práticas sociais dos indivíduos” (Molinari e Emiliani, 1996:44).

A dimensão normativa⁷⁵ do núcleo central será a dimensão que intervêm directamente nas “dimensões sócio afectivas, sociais ou ideológicas” (Abric,1997b:23). Esta dimensão será a que permitirá que exista, se estabeleça uma ligação aos “valores colectivos do grupo social (Molinari e Emiliani, 1996:44).

Ele será, portanto, um elemento essencial pois expressará e ajudará a construir a noção de grupo e será o cimento de que o grupo necessita para poder partilhar ideias, conceitos, imagens, o mundo seja ele o material ou o simbólico.

Na origem, o conceito de núcleo central, poderá estar ligado à definição de Moscovici de objectivação e esquema figurativo se entendermos esquema ou núcleo figurativo como “uma associação das noções imaginadas relativas ao objecto e que pode ser concebida como o centro de gravidade de toda a representação social” (Moliner, 2001 a:10) pois o núcleo central pode ser visto como o elemento que permite que a representação social seja estável⁷⁶.

O núcleo central surge-nos assim como possuindo duas funções fundamentais para a compreensão do papel que o núcleo central desempenha na representação social: a geradora e a organizadora.

Será através da função geradora que o núcleo central determinará a significação da representação enquanto que a partir da função organizadora o núcleo central definirá a estrutura da representação social.

⁷⁵ A dimensão normativa pode ser vista como “manifestação do pensamento social” (Flament e Rouquette, 2003:23)

⁷⁶ Ou como afirma Philogene (2001:40) “o núcleo central é o princípio organizador que torna a representação estável e esta estabilidade resulta da objectivação. Este processo cria um núcleo figurativo, um núcleo de imagens, que descontextualiza os elementos principais de uma representação ao ponto de assumirem uma vida própria como parte de um contexto social que modela as mentes individuais”.

4.1.1. As funções geradora e organizadora do núcleo central

Tendo dado uma ideia muito breve do que se entende pelas funções geradora e organizadora do núcleo central procuraremos de forma mais detalhada explicitá-las de seguida.

Através da *função geradora* o núcleo central “adquire um significado, um valor” (Abric, 2001:43) uma vez que será a partir desta que, tal como anteriormente dissemos, se criam ou se transformam as significações dos outros elementos da representação.

Moliner (2001b). ao falar sobre a função geradora do núcleo central diz que será através desta que as outras cognições da representação adquirem um sentido e um valor específicos para os indivíduos.

Este valor e este significado dependerão do tempo, do espaço, do contexto, do grupo, das experiências vividas por cada um dos seus elementos e pelo grupo em si, da memória colectiva, do sistema de valores do grupo, pelo que será através da função geradora que o núcleo central irá gerir o conjunto das significações contidas na representação permitindo, assim ao indivíduo e ao grupo apropriar-se do objecto tornando suas as significações novas que o objecto trouxe consigo.

Se a função geradora permite ao núcleo central gerar e gerir significações a *função organizadora* será a que “determina a natureza dos laços que unem entre si os elementos da representação” (Abric, 1997b:22).

Esta função será pois entendida como a que estabiliza e dá coesão à representação (Abric, 2001), como a função que permite aos diferentes elementos

encontrarem-se, organizarem-se e definir a relação entre o objecto⁷⁷ social e a sua representação..

A função organizadora do núcleo central será, assim, percebida como a função estruturadora, estabilizadora (Guimelli 1997), unificadora (Abric e Tafani, 1996) e será ela a responsável pela “estabilidade, pela coerência⁷⁸” (Flament, 1997:23) do núcleo central da representação.

É ainda Guimelli que diz que o núcleo central de uma representação constitui um princípio organizador e que este é preponderante e predominante⁷⁹. É preponderante e predominante pois é o fundamento essencial e importante de toda a representação social.

O núcleo central através da função organizadora será o elemento que “assegura a coesão e o conjunto da representação. É incontornável e enquanto princípio organizador prevalece sobre todos os outros” (1997:102).

4.1.2. As características do núcleo central

Tendo em conta que o núcleo central poderá assim ser visto como o que prevalece sobre todos os outros, como o que dá a significação à representação poderá

⁷⁷ Abric recorda-nos que o núcleo central é determinante no conhecimento do objecto da representação. E sê-lo-á uma vez que “uma das questões mais importantes não é tanto a de estudar a representação de um objecto mas sim a de saber antes de mais qual é o objecto da representação (...) porque nem todo o objecto é forçosamente objecto de representação. Para que um objecto seja objecto de representação, é necessário que os elementos organizadores da sua representação façam parte ou estejam directamente associados ao objecto” (1997b:24).

⁷⁸ A estabilidade e a coerência serão então as características que permitirão assegurar “a continuidade e a permanência da representação” (Mamontoff, 1996:64)

⁷⁹ E sê-lo-á pois apesar de ser composto por um número pequeno de elementos estes organizam toda a representação através da determinação do seu significado” (Guimelli,1993:85).

colocar-se o problema de como o distinguir de outros elementos que dele não façam parte ou de como o reconhecer em cada representação.

Parece-nos ser Abric (2001) que nos aponta um caminho, para descobrir e verificar os elementos constitutivos do núcleo de uma forma incontestável, quando afirma que o núcleo central possui três características:

- o valor simbólico;
- o valor associativo e
- o valor expressivo.

A característica *valor simbólico* parece ser a que permitirá ao núcleo central não ser questionado. No caso de tal acontecer a significação da representação será afectada .

Esta será pois a característica que garante a estabilidade e a perenidade da representação sendo ainda a que permitirá a um elemento tornar-se no núcleo central.

Será ainda a característica *valor simbólico* que de acordo com Moliner permitirá que ao evocarmos o objecto da representação sejamos reenviados necessariamente para os elementos centrais da representação, da mesma forma que evocar os elementos nos reenvia para o objecto acrescentando ainda que o “elo que liga o objecto de representação aos elementos centrais é de natureza simbólica” (2001b:31).

No que respeita à característica *valor associativo* Molinari e Emiliani (1996) entendem que o acordo que se regista entre os sujeitos de que um elemento está associado ao objecto de uma representação lhe confere uma saliência quantitativa.

Creemos que esta forma de emprestar à característica *valor associativo* uma qualidade de saliência quantitativa derivará do facto do “elemento central estar

directamente ligado à significação da representação e portanto necessariamente associado com um vasto número de constituintes da representação” (Abric, 2001:46).

A capacidade então do elemento central se associar a outros elementos fará com que, no entender de Moliner, este modifique a significação dos elementos a que se associa, até porque “ele insuflar-lhes-á a sua significação” (2001b:31).

A característica valor associativo terá de acordo com o autor a sua origem no papel catalisador desempenhado pelos elementos centrais aquando da emergência de uma representação.

Abric apresenta-nos a terceira característica o *valor expressivo* como sendo a que permite ao núcleo central, devido ao lugar que ocupa, “ter todas as oportunidades de estar presente nos discursos e nas verbalizações que dizem respeito ao objecto da representação” (2001:46) o que poderá significar que haverá uns elementos que mais do que outros, mesmo tendo a mesma saliência⁸⁰ quantitativa, sejam considerados como “atributos necessários de uma representação” (Molinari e Emiliani, 1996:47).

Creemos poder dizer então que estas características do núcleo central permitir-lhe-ão assegurar um papel estruturante da representação social, gerir as relações entre os

⁸⁰ No que respeita à saliência, Abric diz-nos que “a frequência de aparecimento de um termo – a sua saliência – é um importante factor de centralidade desde que complementado com mais informação qualitativa” (2001:46). Esta informação qualitativa que no entender do autor deriva do facto de o núcleo central ter “antes de mais uma dimensão qualitativa” que será definidora da sua centralidade e empresta “o seu significado á representação” (Abric, 1997b:22). A esta dimensão qualitativa chama Abric valência definindo-a como “a propriedade de um item entrar num número maior ou menor de relações de tipo indução” (ibid:23)

Guimelli por seu lado distingue dois factores importantes para avaliar da centralidade do ou dos elementos sendo estes a saliência e a valência. Assim para o autor “a valência de um item será tão mais importante quanto este seja susceptível de entrar em relações muito numerosas” (1997:100) considerando-a ainda como “um índice particularmente sensível para avaliar da centralidade qualitativa” (1997:101) do núcleo central. A saliência em sua opinião será a que permitirá avaliar da “centralidade quantitativa do campo representacional” (ibidem).

diferentes elementos dessa representação e dar-lhes coerência, estabilidade e perenidade.

Face a estas características e às funções que o núcleo central desempenha cremos poder dizer que este será o elemento fundamental, estruturante da representação.

E será o elemento estruturante da representação pois tal como Seca (2002) afirma ele recapitula a cultura, as normas, os valores e as condutas habituais da comunidade em que é influente.

O núcleo central será ainda o elemento estruturante da representação social dado que é estável, fonte de coerência e de resistência à mudança. É pouco sensível às evoluções do contexto ou da actualidade, à inserção temporária do indivíduo num colectivo com representações diferentes, à adopção de práticas contraditórias ou fontes de dissonância ou conflito.

O núcleo central será então o porto seguro, a praça forte, “a chave da abóbada”(Abric, 1997b:25) da representação.

Ele será o baluarte que se mantém fiel, intacto no meio do vendaval de mudança que perpassa o mundo em que o sujeito se insere.

Mas se o núcleo central será o elemento que permite que as representações sejam estáveis e rígidas outro ou outros elementos deverão constituir a parte que permite à representação ser também flexível e dinâmica e sofrer até algumas transformações. Esse outro, ou outros elementos, aparecer-nos-ão definidos como o sistema de elementos periféricos

4.2.O sistema de elementos periférico

Mais uma vez nos encontramos, em nosso entender, face a uma convergência de opiniões dos autores que anteriormente citámos sobre esta matéria.

O sistema de elementos periféricos aparece-nos como desempenhando um “papel fundamental no funcionamento e na dinâmica das representações” (Abric, 1996b:79). E sê-lo-á uma vez que constitui o indispensável complemento da núcleo central de quem depende, estando portanto em relação directa com este. Cremos por isso poder dizer com Abric (1997b:25) que “a sua presença a sua ponderação, o seu valor e a sua função são determinados pelo núcleo”.

Esta dependência tão estreita por parte do sistema de elementos periféricos do núcleo central poderia levar-nos a considerar que este seria um elemento de somenos importância na construção, na estrutura da representação social.

Tal porém não será o caso uma vez que através do sistema de elementos periféricos será possível “operacionalizar as cognições centrais” (Moliner, 2001b:28) o que nos permitirá ainda dizer que eles serão as traduções concretas das noções abstractas do núcleo .

E se o núcleo central estava ligado ao conceito de objectivação cremos que o sistema de elementos periférico estará ligado ao conceito ancoragem. E que tal como objectivação e ancoragem se complementam e são interdependentes assim também núcleo central e sistema de elementos periférico serão complementares e interdependentes.

O sistema de elementos periférico enquanto ancoragem permitirá, pois,

a integração do conhecimento em termos de classificação e denominação dentro de categorias bem conhecidas;

a alocação de significado a todos os elementos da representação;

a instrumentalidade do conhecimento dado que a organização da representação reflecte as dinâmicas específicas” (Molinari e Emiliani, 1996) do indivíduo, do grupo, do contexto, do ambiente.

O sistema de elementos periféricos será assim o elemento ou conjunto de elementos que permitirão “a interface entre a representação e a realidade” (Abric, 1996b:79) .

E fazem-no uma vez que asseguram a concretização do núcleo central no que respeita à tomada de posição e aos comportamentos e ainda no que respeita ao “curso da acção” (Abric, 1993:76).

O assegurar da concretização do núcleo central ou da significação da representação social poderá ocorrer dado que o sistema de elementos periféricos se encontra mais afastado da significação e portanto permitirá ilustrar, explicitar ou justificar essa mesma significação

O sistema de elementos periféricos constituirá pois, o essencial do conteúdo da representação, a sua parte mais acessível, e também a mais viva e a mais concreta. E tal acontece uma vez que o sistema de elementos periféricos “compreende as informações retidas, seleccionadas e interpretadas, dos julgamentos formulados a propósito do objecto e do ambiente, os estereótipos e as crenças” (Abric, 1997b:25).

O sistema de elementos periféricos constitui pois a parte visível do núcleo central, a parte observável aquela que será mais flexível, mais permeável às influências

do exterior, a que permitirá que o núcleo central possa apropriar-se serenamente das informações sobre o objecto em apreço e transformá-las em características suas.

Seca afirma mesmo que os elementos do sistema periférico formam a parte quantitativamente mais ”notável dos enunciados discursivos e dos símbolos a partir dos quais e nos quais se podem desenvolver as representações (2002:76). Os elementos do sistema periférico porque permitem o desenvolver das representações sociais favorecem ainda a integração individual e permitem a existência da heterogeneidade de um grupo, sem que por isso o grupo deixe de ser um grupo.

A noção da heterogeneidade aparece-nos aqui ligada ao conceito do sistema de elementos periféricos enquanto que a noção da homegeneidade do grupo nos aparece ligada ao núcleo central.

Esta noção da heterogeneidade estará assim relacionada com o facto de o sistema de elementos periféricos ser estritamente dependente das características dos indivíduos e do seu contexto e portanto oferecer a ”possibilidade de integrar diferentes informações e práticas” (Molinari e Emiliani, 1996: 43) o que abrirá a possibilidade do desenvolvimento de variações individuais e interindividuais de uma mesma representação.

Tal facto permitirá que cada representação social seja única, seja inconfundível e tenha aquilo que Abric denomina de uma “espécie de individualização” (1996b:79).

Face ao que temos vindo a dizer sobre o sistema de elementos periféricos poderemos afirmar que estes desempenham junto do núcleo central três funções:

de concretização,

de regulação ou adaptação e

de defesa ou protecção.

4.2.1. As três funções do sistema de elementos periféricos

A função de *concretização* de acordo com Abric (1997b:25) será aquela que nos apresenta o sistema de elementos periféricos como directamente dependente do contexto, como resultando da ancoragem da representação na realidade e permitindo a sua apresentação em termos concretos, imediatamente compreensíveis e transmissíveis.

O sistema de elementos periféricos “traduz o presente e o vivido dos sujeitos” (1997b:25) o que permitirá portanto dizer que será a partir desta função que o sistema de elementos periféricos constitui a interface entre o núcleo central e a realidade.

A função concretização permitirá pois a utilização da representação social na vida quotidiana, na comunicação e nas trocas entre indivíduos ou grupos diferentes.

Regulação ou adaptação será, pois a segunda função desempenhada pelo sistema de elementos periféricos.

Ao ser mais flexível que o núcleo central o sistema de elementos periféricos permitirá que qualquer “nova informação ou transformação do ambiente possa ser integrada na periferia da representação” (Abric, 2001:44).

As transformações que poderiam vir a ocorrer poderão ser minimizadas dado que os elementos que poderiam vir a pôr em causa os fundamentos da representação poderão ser integrados.

Esta integração poderá ocorrer seja através da atribuição de um estatuto menor seja através da reinterpretação no sentido da significação central seja através da atribuição de um carácter de excepção, “de condicionalidade” (Abric, 1997b:26).

Parece-nos portanto ser possível admitir que através da função regulação ou adaptação o sistema de elementos periféricos poderá ser considerado como mais poroso, mais sensível à mudança, que o núcleo central.

E será mais poroso, mais sensível à mudança, pois permitirá que os elementos internos e externos à representação entrem e saiam do sistema e que mesmo aqueles elementos novos que parecem de alguma forma contradizer o núcleo central possam ser apropriados.

Esta função parece assim favorecer a adaptação de uma representação social às evoluções do contexto, da actualidade sem que existam alterações fundamentais.

A ideia de que o sistema de elementos periféricos funcionará como um pára-choques, um airbag das representações é a ideia que parece estar contida na terceira função a de *defesa ou protecção*.

Através desta função o sistema de elementos periféricos será capaz de “absorver o indizível, o injustificável, o novo sem danos para o coração do sistema sócio-cognitivo” (Seca, 2002:76).

A absorção destes elementos far-se-á sem problemas, sem danos para o núcleo central um vez que este para além de resistir à mudança necessitaria , para ser transformado⁸¹ de sofrer “uma completa revolução” (Abric, 1997b:45) pelo que a existir

⁸¹ Abric diz-nos que, por vezes, os actores sociais desenvolvem práticas que contradizem o seu sistema de representações e que em momentos como esses, em que a situação é considerada irreversível essas práticas contraditórias podem levar a “consequências muito sérias e que respeitam à transformação da representação. (...) Três grandes tipos de transformação são possíveis: 1 – Transformação ‘resistente’: é o caso em que as práticas contraditórias novas podem ser geridas pelo sistema periférico e pelos mecanismos clássicos de defesa (...)2 – Transformação ‘progressiva da representação ocorre quando novas práticas não são totalmente contraditórias com o núcleo central da representação. A transformação da representação ocorre sem ruptura isto é sem o desintegrar do núcleo central. Os esquemas activados pelas novas práticas serão progressivamente integrados nos anteriores e fundir-se-ão por forma a constituir um novo núcleo e uma nova representação. 3 – Transformação ‘brutal’ ocorre quando as novas práticas desafiam directamente a significação central da representação sem qualquer possibilidade de

qualquer mudança ou transformação ela ocorrerá ao nível do sistema de elementos periféricos através de ponderação; de interpretações novas, de “deformações funcionais defensivas, integração condicional de elementos contraditórios” (Abric, 1996b:26) podendo assim o sistema de elementos periféricos ser considerado como o esquema que assegura o funcionamento da representação como se de uma grelha de descodificação de uma situação se tratasse.

Percorrido que foi um caminho que nos permitiu compreender de que forma as representações se estruturam e que nos permitiu responder à questão de se as representações sociais eram estáveis e rígidas ou flexíveis e dinâmicas com um sim a ambas uma vez que as representações sociais são ao mesmo tempo as duas sem que isso pressuponha qualquer contradição.

E a resposta será sim a ambas pois, como diz Abric (1997b:28), as representações sociais e os seus componentes: núcleo central e elementos periféricos funcionam bem “como se de uma entidade se tratassem, em que cada parte tem um papel específico mas complementar do outro”.

Cada representação social será assim composta por “elementos não negociáveis (o núcleo central)” (Molinari e Emiliani, 1996:43) caracterizado pela estabilidade e resistência à pressão da comunicação à volta de quem giram os elementos periféricos. Elementos periféricos, plataformas de negociação, que estão sujeitos à negociação e comunicação que os indivíduos desenvolvem.

Cada um destes elementos – os não negociáveis (núcleo central) e os negociáveis (sistema periférico) – possui características e funções que embora diversas

ajuda dos mecanismos de defesa do sistema periférico (...) haverá então uma transformação directa e total do núcleo central e portanto da representação” (1993:77-78)

permitem aos sujeitos sociais completar, construir, e apropriar-se do mundo, das ideias, das imagens, dos comportamentos, das decisões, das emoções, enfim de todos os objectos de que necessitam para poderem interpretar o mundo e com os outros interagir.

Creemos que valerá a pena recordar de forma sintética as características dos dois componentes de uma representação social:

**Características do núcleo central e do sistema periférico
de uma representação social**

4.2.2. Núcleo central	Sistema periférico
Ligado à memória colectiva e à história do grupo	Permite a integração de experiências individuais e histórias passadas
Consensual – define a homogeneidade do grupo	Apoia a heterogeneidade do grupo
Estável, coerente, rígido	Flexível, admite contradições, abarca elementos contraditórios
Não muito sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato
Funções: Gera a significação da representação Determina a sua organização	Funções: Permite a adaptação à realidade concreta Permite a diferenciação dos conteúdos Protege o sistema central

(adap de Abric, 1993:76)

E recordar que será porque quer o núcleo central quer o sistema periférico possuem estas características e funções que as representações sociais são ao mesmo tempo estáveis e rígidas, flexíveis e dinâmicas.

E são estáveis e rígidas uma vez que o núcleo central “tem para o sujeito o estatuto de evidência, é para ele a própria realidade, constitui o fundamento estável à volta do qual se vai construir o conjunto da representação” (Abric, 1997b:21).

O núcleo central é simples, concreto, imagético e coerente, corresponde ao sistema de valores, traz consigo a marca da cultura e das normas sociais.

E as representações sociais são flexíveis e dinâmicas porque se alimentam das experiências individuais, integram os dados do vivido e da situação específica, a evolução das relações e das práticas sociais nas quais se inserem os indivíduos e os grupos.

Falar de representações sociais significa portanto falar de fenómenos complexos que se constroem e re-constroem através de processos complementares e interdependentes, significa falar de “fenómenos duradouros, estruturados, mas também susceptíveis de emergir face a acontecimentos extraordinários, a objectos novos, estranhos ou a fontes de desejos vitais ou polémicos” (Seca, 2002:34).

Falar de representações sociais significa ainda falar de um sujeito social que em conjunto com os outros constrói uma visão partilhada do mundo que o rodeia e porque o mundo que o rodeia não é apenas aquele em que o sujeito, o grupo desenvolve relações pessoais face a face, de convivência, mas é também aquele em que ele trabalha, se integra num grupo profissional cremos ser chegado o momento de tentarmos ver de que forma as representações profissionais se enquadram neste quadro mais vasto que é o das representações sociais.

5. As representações profissionais

Como dissemos no início deste capítulo com esta reflexão procuraremos compreender a forma como os professores dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e os professores do ensino secundário se vêem enquanto profissionais e a forma como os outros os vêem.

Face a este nosso interesse cremos que será importante reflectirmos neste momento sobre o que se entende por representações profissionais.

E fá-lo-emos de forma breve dado que, em momentos posteriores, procuraremos perceber o que se entende por profissão e como é que as práticas profissionais influirão nas representações dos profissionais, nomeadamente nos profissionais da educação que constituem o centro do nosso estudo e tentaremos ver como ao longo do tempo a profissão professor foi sendo encarada.

Assim, cremos que será interessante vermos o que se entende por representações profissionais.

5.1. Tentativa de definição de representações profissionais

Blin (1997) que realizou um estudo sobre as representações profissionais dos docentes do ensino agrícola em França começa por nos alertar para o facto de a noção de representação profissional poder ser encarada de diferentes formas.

Segundo o autor elas poderão ser definidas como estando directamente relacionadas com “os ofícios ou profissões e exprimindo as reconstruções que o sujeito efectua a partir de elementos conhecidos no seu meio familiar” (1997:79).

Podem, ainda ser vistas como sendo um conjunto de ideias que o conjunto dos indivíduos que constituem um grupo profissional têm ou partilham sobre uma determinada profissão ou como diz Silva podem aparecer-nos “ligadas ao trabalho ou à função exercida, sendo os meios profissionais geradores de representações específicas” (2003:87).

Tentando ainda compreender o que se entende por representações profissionais, as relações de trabalho podem ser vistas como sendo os fenómenos que estruturam as interacções que os diferentes actores sociais desenvolvem no desempenho da profissão e que por força dessas mesmas interacções propiciam a construção de um “sistema de representações sociais” (Lorenzi-Cioldi , 1991:410).

Flick (1993) afirma mesmo que os membros de um grupo influenciarão os indivíduos que dele fazem parte através da pertença à profissão. Esta influência ocorrerá ainda através da socialização profissional dos membros do grupo e através das formas específicas que o grupo detém e que lhe permite encarar as coisas e o mundo de acordo com os seus valores, crenças, normas ...

Blin chama ainda a atenção para o facto de as representações profissionais poderem ser vistas como aferentes aos papéis profissionais e a sua especificidade depender da natureza social dos sujeitos e das características da situação de interacção, pelo que poderíamos dizer que “os ambientes profissionais são portanto geradores de representações específicas “ (1997:79).

Tendo em conta a especificidade destas representações é ainda Blin quem define as representações profissionais como sendo “representações sociais elaboradas na acção e na comunicação profissionais”. E ao falar de acção e de comunicação estará portanto a falar das interacções que ocorrem entre os diferentes actores, interacções estas que são próprias dos contextos em que ocorrem e determinadas pelos actores pertencentes a grupos e pelos objectos “pertinentes e úteis para o exercício das actividades profissionais” (1997:80).

Será, assim, possível dizer que, tal como na construção das representações individuais ou das representações sociais, o sujeito, o grupo apropriar-se-á do mundo

em que trabalha. Esta apropriação será determinada pela profissão que o sujeito exerce, pela actividade profissional que desempenha.

Assim, para além das crenças, dos valores, das imagens, da cultura, enfim dos muitos e variados itens que constituem as suas representações sociais os actores integrados em grupos profissionais apropriar-se-ão das crenças, dos valores, dos objectivos, da cultura, das atitudes, dos comportamentos, das imagens próprias da profissão que são elaboradas, comunicadas e partilhadas num contexto específico como é o profissional.

As representações profissionais permitirão assim, ao actor, ter em conta as dinâmicas institucionais que perpassam na sua organização profissional e que passam por lutas de poder, legitimação de lideranças, conflitos entre pares, superiores e subordinados. Elas são produto e processos. Nomeadamente produtos e processos de negociação de espaços de intervenção e de identidades.

Poderemos então dizer que o contexto profissional determinará e será determinado pelas representações do sujeito, do grupo e ajudará a completar todo um processo de socialização profissional que passará por “maneiras de ver, de pensar e de agir particularmente activas no exercício do trabalho” (Blin, 1997:81).

5.2. Construção e transformações das representações profissionais

As representações profissionais determinadas e determinando o contexto são específicas desse mesmo contexto particular que é aquele exercício daquela profissão, o que nos poderia levar a dizer que as representações profissionais poderão transformar-

se de acordo com os contextos em que ocorrem e com as mudanças que os mesmos sofrem.

Nesse sentido cremos poder dizer com Blin que as representações profissionais permitirão ao actor social ou ao grupo “ter uma abordagem profissional privilegiada, e orientarão as escolhas inerentes às decisões e às acções” (1997:79) que o actor ou o grupo necessitam pôr em prática.

Embora permitam fazer as escolhas, tomar as decisões, enfim serem o guia da acção de que nos fala Moscovici ou Jodelet, elas encerrarão dentro de si as sementes de divergências, de conflitos, de contradições.

Mas, estas contradições que se articulam à volta de esquemas dominantes conferem às representações níveis de adaptação garantindo aos sujeitos a possibilidade de preservarem o seu próprio equilíbrio e a sua “própria necessidade de coerência no exercício das suas práticas sociais e nas suas relações com os que o rodeiam” (Gilly, 1991:364).

Se, em termos da construção das representações profissionais, poderemos afirmar que para além dos contextos elas derivam dos actores e dos grupos que pertencem à mesma profissão ou campo profissional cremos que, como diz Blin, elas não são apenas um saber comum ou um pensamento inocente dado que os profissionais têm uma relação de conhecimentos, de acção e de implicação com as suas actividades profissionais o que os “diferencia das outras categorias da população” (1997:83).

Assim, as relações interpessoais ao nível das organizações profissionais, o estatuto do profissional, e correspondentes identidades, os seus objectivos, as suas acções, a motivação para o exercício da profissão, as expectativas profissionais, até o tempo de exercício da profissão contribuirão para a construção das representações profissionais da mesma forma que poderão contribuir para a transformação das mesmas

desde que acontecimentos contribuam para alterar, por exemplo, o desempenho ou as condições de trabalho ou mesmo para uma mudança de estatuto.

Talvez seja por este motivo que Blin afirma que “as determinações profissionais são interiorizadas sob a forma de representações” (1997:84), através de vários processos dos quais destacamos as expectativas recíprocas.

As representações profissionais permitem ainda que os actos sejam livres e realmente determinados o que possibilitará aos actores ter espaços/corredores de liberdade que permitam a ocorrência de transformações das representações e das práticas de trabalho.

5.3.As funções das representações profissionais

As representações profissionais desempenham ainda um conjunto de funções que permitem construir um saber profissional, proteger a especificidade dos grupos, orientar as condutas, antecipar as expectativas dos parceiros de acção, guiar as práticas e justificar a posteriori as tomadas de posição.

Servindo-nos de Blin (1997:94-96) e de Silva (2003:90-91) procuraremos de seguida explicitar cada uma destas funções.

Assim poderemos dizer que as representações profissionais participam, em articulação com outras cognições, na *construção de um saber profissional*, permitindo que os actores que se encontram no mesmo contexto e actividade se compreendam e ajam sem necessidade de explicações sistemáticas.

Tendo como base esta função as representações profissionais constituirão uma base de comunicação profissional, sem necessidade de definição prévia, e com muitos implícitos comumente aceites.

Por outro lado será ainda possível dizer que, mobilizar-se-á tanto mais esta forma de saber quanto menos estruturados estiverem os saberes científicos e técnicos de referência, assumindo, assim, um papel altamente prescritivo para a actividade profissional.

No que respeita à definição das identidades profissionais e *protecção da especificidade dos grupos* intra e interprofissionais, pertencentes a um mesmo campo profissional, tal será possível através do reforço das identidades, ideologias, territórios, bem como da participação nos jogos institucionais.

A terceira função desempenhada pelas representações profissionais será aquela que permitirá *orientar condutas e guiar as práticas profissionais*.

Através desta função as representações profissionais intervirão directamente na definição da situação profissional configurando as *démarches* cognitivas para a realização da tarefa. Assumem, então uma função de mobilização, que integra componentes avaliativas e atitudinais da representação.

Para além desta capacidade mobilizadora exerce, também, uma função de orientação, ao identificar e definir os objectos pertinentes para o exercício profissional assim bem como as características a eles associadas.

Ao permitirem através da quarta função, *justificar a posteriori as tomadas de posição e as práticas* profissionais explicam e legitimam para o indivíduo as suas

rotinas. Através da comunicação profissional, reforçam as pertencças grupais e mantêm as distâncias sociais face a outros grupos do sector.

Por último cremos que poderemos com Blin afirmar que as representações profissionais embora específicas de um contexto profissional são definidas como conjuntos de “cognições descritivas, prescritivas e avaliativas relativas aos objectos significativos e úteis à actividade profissional e organizados num campo estruturado apresentando uma significação global” (1997:89)

6. Conclusão

Após esta incursão sobre os aspectos teóricos que nos podem ajudar a melhor a compreender o conceito de representação social e a sua aplicação num campo específico, a representação profissional, cremos que a ideia que perpassa por tudo quanto fomos dizendo será antes de mais a que a noção é complexa.

E foram tentando compreender a noção de representação individual que nos parece poder ser vista como um fenómeno organizado, determinado e determinante da forma de cada actor ver o mundo, ver os outros, ver-se a si próprio.

A representação individual vive não só das percepções do actor mas, também, de todos os conhecimentos que ele detém, das experiências passadas, dos contextos em que acontecem, dos valores, das crenças, da cultura do indivíduo, da noção de bem ou de mal, das decisões, das acções e das suas consequências, das relações que estabelece com os outros, do ou dos comportamentos que vai desenvolvendo, das conversas, dos discursos, enfim do lugar que ocupa na sociedade no grupo em que se integra, nas referências que escolhe.

Fundamos esta nossa convicção em tudo quanto anteriormente dissemos e comungamos da ideia expressa por Durkheim quando sobre a problemática das representações individuais ou colectivas afirmava que na construção das representações individuais “não são apenas as ideias que ocupam presentemente a nossa atenção” que serão os factores que aí interferirão mas que acima de tudo “são todos os resíduos deixados pela nossa vida anterior, são os hábitos contraídos, os preconceitos, as tendências que nos movem sem que nos demos conta” (2002:8).

É nossa convicção que, se pudéssemos imaginar um indivíduo desprovido de representações, ele não seria capaz de alguma vez se tornar num ser social.

E porque somos seres sociais, e porque não vivemos isolados, nem somos uma ilha mas pertencemos a um continente – à sociedade, aos grupos em que nos inserimos – cremos que a noção de representação social tem uma importância fundamental.

E terá uma importância fundamental para que possamos compreender as relações, as convicções, as regras, os comportamentos, as comunicações que se estabelecem entre os membros dos grupos. Pois, como já anteriormente afirmamos as representações sociais serão responsáveis pela construção e re-construção de formas de conhecimento, de saber, pelos comportamentos, pelas atitudes, pelas opiniões, pelas condutas, pela orientação das comunicações sociais, pelas imagens, pela forma como cada um de nós vê o mundo e o partilha com os outros transformando-o por isso no mundo que o grupo vê, que o grupo detém.

Elas serão ainda responsáveis pelas elaborações comuns até porque, e de novo nos socorremos de Durkheim, as representações sociais não serão o produto de indivíduos isolados mas serão o produto de elaborações de um grupo em que “cada um contribui com a sua quota parte” (2002:36).

As representações sociais serão ainda em nosso entender os fenómenos que nos permitem ter estabilidade, perenidade, ter memória mas, ao mesmo tempo, serão elas que nos permitem ser criativos e autónomos, encarar o presente sonhando como o futuro.

São vistas por isso como tendo a capacidade ou a característica de serem estáticas e rígidas e fluídas e dinâmicas ao mesmo tempo o que em nosso entender não constitui qualquer paradoxo pois só será possível progredir, inovar tendo em conta o que se conhece bem para se poder alterar, tendo em conta o passado e o presente para se ser capaz de sonhar o futuro.

Será através das representações sociais que os actores sociais, os grupos serão capazes de se reconhecer, de se manter e de ao mesmo tempo se renovar integrando o novo no que é conhecido, tornando o desconhecido em familiar, de se proteger e de se expor, de ter memória e a coragem de dar o passo em frente para o desconhecido.

E se as representações sociais permitem ao grupo identificar-se enquanto tal e aos membros do grupo construírem o sentido de pertença a esse mesmo grupo dado que partilham as mesmas representações, as representações profissionais permitirão que, dentro dos grupos maiores, os subgrupos que são constituídos por aqueles que partilham a mesma profissão, os profissionais se reconheçam e sintam que uns e outros fazem parte do mesmo mundo.

Por último cremos que será possível dizer tal como fez Vergès que as representações sociais são ao mesmo tempo representações colectivas e individuais. E sê-lo-ão uma vez que “se impõe a todos através de uma memória social, de ideologias de modos intelectuais e como construção – reconstrução pessoal, em que cada um pode combinar, dentro de certos limites, os materiais simbólicos que a sociedade lhe fornece” (1996:77).